



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

**(DES)URBANIZAÇÃO CEMITERIAL NA CIDADE DE ARACAJU/SE: SÉCULOS
XIX A PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XXI.**

Autor: Diana Chiara Oliveira Rocha.

Orientador: Prof. Dr. Inajá Francisco de Sousa.

São Cristóvão – SE

2014



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

NÍVEL MESTRADO

DIANA CHIARA OLIVEIRA ROCHA

**(DES)URBANIZAÇÃO CEMITERIAL NA CIDADE DE ARACAJU/SE: SÉCULOS
XIX A PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XXI.**

São Cristóvão – SE

2014

DIANA CHIARA OLIVEIRA ROCHA

**(DES)URBANIZAÇÃO CEMITERIAL NA CIDADE DE ARACAJU/SE: SÉCULOS
XIX A PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XXI.**

Dissertação apresentada como um dos requisitos para obtenção do título de Mestre, pelo Núcleo de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Sergipe.

Orientador: Prof. Dr. Inajá Francisco de Sousa.

Coorientador: Prof^a.Dr^a. Gicélia Mendes da Silva.

São Cristóvão – SE

2014

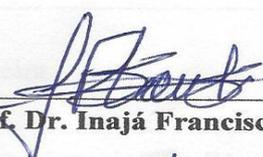


UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE



**(DES)URBANIZAÇÃO CEMITERIAL NA CIDADE DE ARACAJU/SE: SÉCULOS
XIX A PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XXI.**

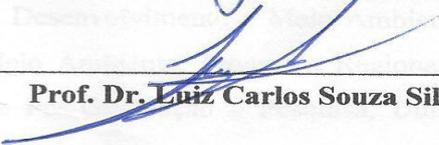
**Dissertação de Mestrado defendida por DIANA CHIARA OLIVEIRA ROCHA e
aprovada em 28/09/2014 pela banca examinadora constituída pelos doutores:**



Prof. Dr. Inajá Francisco de Sousa



Prof. Dr. Genésio José dos Santos



Prof. Dr. Luiz Carlos Souza Silva

São Cristóvão – SE

2014

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

R672d Rocha, Diana Chiara Oliveira
(Des)urbanização cemiterial na cidade de Aracaju/SE : séculos XIX a primeira década do século XXI / Diana Chiara Oliveira Rocha ; orientador: Inajá Francisco de Sousa. – São Cristóvão, 2014.

50 f. : il.

Dissertação (mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Sergipe, 2014.

1. Resoluções CONAMA. 2. Cemitério. 3. Crescimento urbano. 4. Historiografia da morte. 5. Aracaju (SE). I. Sousa, Inajá Francisco de, orient. II. Título.

CDU: 502/504:718(813.7)

Este exemplar corresponde a versão final da Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente.



Prof. Dr. Inajá Francisco de Sousa

Prof. Dr. Inajá Francisco de Sousa - Universidade Federal de Sergipe

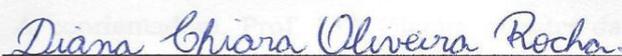


Diana Chione Oliveira Rocha - Universidade Federal de Sergipe

E concedida ao Núcleo responsável pelo Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Sergipe permissão para disponibilizar, reproduzir copias desta dissertação e emprestar ou vender tais copias.



Prof. Dr. Inajá Francisco de Sousa – Universidade Federal de Sergipe



Diana Chiara Oliveira Rocha – Universidade Federal de Sergipe

AGRADECIMENTOS

Sou grata, primeiramente, a Deus pela dádiva da vida e a benção da iluminação dos bons passos.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Inajá Francisco de Sousa, pela dedicação, compreensão, apoio e por ter aceitado o desafio dessa orientação.

A coorientadora, Prof. Dr^a. Gicélia Mendes da Silva, pelas palavras amigas e pelas palavras científicas, que na imensidão de conhecimentos fizeram-me ver que mesmo empassagens tortuosas há uma luz que sempre nos guia.

A coordenadora, Prof^a. Dr^a. Maria José Nascimento Soares, pela compreensão, carinho e auxílio nessa jornada.

A minha mãe, Maria de Lourdes, minha primeira professora, por ter me ensinado a viver, ler e sonhar.

Ao meu irmão, David Ângelo, por ter orado por mim, fazendo-me sentir forte e protegida nos momentos mais necessários.

Ao meu pai, José Geraldo, pelo carinho e palavras amigas que fizeram sentir-me amada.

Aos meus colegas de turma do Mestrado, pessoas maravilhosas que demonstraram quão importante são a amizade e o compartilhamento de informações no caminho constante da aquisição do conhecimento.

Aos professores e funcionários do PRODEMA, uma gratidão especial por suas presenças e ensinamentos no cotidiano acadêmico e, outrossim, pessoal.

Destarte, palavras são insuficientes para destacar o quanto sou grata a Deus pelas pessoas maravilhosas que conheci nessa trajetória.

“O homem fraco teme a morte, o desgraçado a chama, o valente a procura. Só o sensato a espera”.

Benjamin Franklin

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo relacionar as divergências evidenciadas entre o processo de crescimento urbano e demográfico ao desproporcional desenvolvimento de construção cemiterial para atender as grandes demandas obituárias registradas em Aracaju. Para tanto, discorre-se sobre a expansão da cidade de Aracaju nas décadas concernentes ao recorte temporal estabelecido em desproporção ao levantamento de necrópoles na capital sergipana. Como arcabouços teóricos, tem-se: um apanhado geral acerca dos escritos historiográficos sobre o cemitério, nas célebres obras, “O homem diante da Morte”, de Phillipe Ariès; “A morte é uma festa”, de João José Reis; “Casa Grande & Senzala”, de Gilberto Freyre; e “Vizinhos sim, enterros a parte”, dissertação escrita por Fernando Lins de Carvalho (Mestrado em Geografia/UFS). Soma-se a revisão de literatura uma análise das Resoluções CONAMA 335/2003, 368/2006 e 402/2008. A metodologia da pesquisa tem caráter quali-quantitativo e se baseia em documentos oficiais sobre as necrópoles. A localidade está situada em Aracaju – SE, com uma representação apoiada em três cemitérios, sendo dois de caráter particular, os cemitérios Santa Isabel e São Benedito – que já estão com um número acima do esperado de sepulturas, estando superlotados e sem possibilidade de ampliação territorial – e o cemitério São João Batista – de esfera pública municipal. Com a descrição das formas de enterramento, visa-se considerar o estudo em questão como uma fonte para pesquisas que tenham em seu tema hábitos de inumação e difusão da regulamentação cemiterial. Assim, almeja-se uma ampliação da soma de estudos relacionados ao cemitério como manancial de indagação.

Palavras-chave: Cemitério; Aracaju; Crescimento urbano; Historiografia da morte; Resoluções CONAMA.

ABSTRACT

This paper aims to relate the differences observed between the process of urban growth and the disproportionate development of demographic graveyard construction to meet the large demands obituaries recorded in Aracaju. Therefore, talks over the expansion of the city of Aracaju decades concerning the time frame established in disproportion to the survey of cemeteries in the capital of Sergipe. As theoretical frameworks, we have: an overview about the historiographical writings about the cemetery, the celebrated works, "The Man on Death" by PhillipeAriès, "Death is a party" by João José Reis, "House big & Slaves ", by Gilberto Freyre, and " Neighbors yes, burials part, "dissertation written by Fernando Lins de Carvalho (Masters in Geography/UFS). Sum up the literature review an analysis of CONAMA Resolutions 335/2003, 368/2006 and 402/2008. The research methodology has qualitative and quantitative character and is based on official documents about cemeteries. The town is located in Aracaju - SE, with a representation based on three cemeteries, two of which particular cemeteries St. Isabel and St. Benedito - who already have a number of graves than expected, being overcrowded and no possibility of expansion territorial - and St. João Batista cemetery - from municipal public sphere. With the description of the forms of burial, aims to consider the study in question as a source for research that take your theme burial habits and dissemination of regulatory graveyard. Thus, the goal is an extension of the sum of studies related to the cemetery as the source of inquiry.

Keywords: Cemetery; Aracaju; Urban growth; Historiography of death; CONAMA Resolution.

SUMÁRIO

RESUMO	x
ABSTRACT	xi
SUMÁRIO	xii
NOMENCLATURAS	xiv
LISTA DE FIGURAS	xv
LISTA DE TABELAS	xiv
INTRODUÇÃO	01
CAPÍTULO 1- O CEMITÉRIO: DOS LIVROS ÀS LEIS; DA IGREJA À CIDADE..	05
1.1 Nascer e viver em Aracaju: expansão demográfica urbana do século XIX ao XXI.	05
1.2 O cemitério: discussões de viés historiográfico no século XX.....	08
1.3 O cemitério sonoro: da literatura à música	10
1.4 O cemitério aracajuano: da igreja à cidade.....	15
CAPÍTULO 2 – DO CEMITÉRIO COMO RESULTADO DA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL	20
2.1 O cemitério e suas transições:de tema de pesquisa à Lei.....	20

2.2 O papel da Administração pública (municipal) nas necrópoles	26
2.3 O cemitério em números: Dados de enterramento do Cemitério Santa Isabel.....	29
2.4 Dados básicos e exposição situacional do Cemitério São João Batista.....	38

CAPÍTULO 3 –CONCLUSÃO _____	32
------------------------------------	-----------

REFERÊNCIAS _____	37
--------------------------	-----------

NOMENCLATURAS

Siglas:

ADEMA/ SE – Administração Estadual do Meio Ambiente/ Sergipe.

CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente.

EMSURB – Empresa Municipal de Serviços Urbanos.

IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente.

MMA- Ministério do Meio Ambiente.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1.1 – Os bairros em Aracaju (2012).....	07
FIGURA 1.2 – Cemitério Santa Isabel em 1890	18
FIGURA 1.3 - Placa Fixada no Portão Central do Cemitério Santa Isabel	18
FIGURA 2.1 – Situações de vulnerabilidade à contaminação por cemitérios.....	24
FIGURA 2.2 – Situações de risco à contaminação hidrogeológica por cemitérios.....	25
Figura 2.3 – Localização do Cemitério Santa Isabel via <i>Google Earth</i>.....	29

LISTA DE TABELAS

TABELA 1.1 – O crescimento populacional aracajuano	06
TABELA 2.3 – Dados de enterramento do Cemitério Santa Isabel (1900-2010)	29

INTRODUÇÃO

O tema que se tem como escopo para a pesquisa foi selecionado pelo grande valor e pela alteração enfática, científica e imagética, concernente à morte e aos aspectos cemiteriais que nela se envolvem. Essa temática, simultaneamente, abstrata e concreta, considerando-se existente no domínio das ideias, mas com base material fixada no meio ambiente, envolta na teia do imaginário, da cultura, economia e geografia, revela o cemitério como campo de pesquisa vasto e profundo que, nas várias questões que se desenvolvem, expõe rico cabedal de informações.

O cerne desse estudo será o processo de (des)urbanização cemiterial em Aracaju no século XX e na primeira década do século XXI, envolvendo debates sobre uma desproporcionalidade entre a expansão urbana, o crescimento demográfico e o levantamento de necrópoles. Se a cidade se amplia com a construção de espaços habitacionais movidos pelo inchaço populacional, o que acontece com a margem de cemitérios que não é ampliada, resgatada ou simplesmente reformulada? Dados importantes como às taxas de mortalidade – que, em Aracaju, estão em uma média de mil pessoas por mês – esclarecem a inquietação acerca do resultado dessa demanda desvinculada da potencialidade do ambiente que, por muitos anos, foi olvidado. As covas já estão cheias e os cemitérios superlotados. Então, onde enterraremos nossos mortos?

Desde a pré-história o homem se preocupa com os elementos simbólicos e representativos do enterramento, inclusive o cuidado com os fenecidos, pois “tudo o que toca ao esqueleto humano exerce sobre o homem uma forte impressão” (CARVALHO, 2003, p. 97). Contudo, nas centúrias XX e XXI, pode-se notar o esquecimento e a falta de reformulação do programa cemiterial, demarcando uma negação da necessidade estrutural e ambiental da construção de novos campos-santos em Aracaju, instaurando no pensamento social uma despreocupação insensata naquilo que se reporta ao processo funéreo e aos impactos socioambientais dessa ação.

O anseio desse trabalho serve-se da literatura científica, de fatos do cotidiano e de uma rememoração dos valores éticos e ambientais que são bases fundamentais para um estudo referido à aplicação prática e cumprimento das implicações sociais. Analisar as necrópoles como partes integrantes e atuantes na formação sociocultural integram-nas, intimamente, ao discurso sobre ética e educação ambiental, temas emergentes da atualidade.

Destarte, utilizam-se como arcabouço teórico de discursivos sobre o cemitério, as obras: “O homem diante da Morte”, de PhillipeAriès, onde se encontra um relato histórico específico e detalhado da inserção do cemitério como um elemento urbano a partir do século XVII na Europa; “A morte é uma festa”, de João José Reis, que discorre acerca dos ritos fúnebres que circundam os processos de enterramento no Brasil do século XIX; “Reflexões sobre a morte no Brasil”, com organização de Marcos H. P. Callia, que traz uma coletânea de textos que tratam desde os aspectos antropológicos sobre a Morte até os aspectos geográficos e históricos sobre esta; “Casa Grande & Senzala”, de Gilberto Freyre, que remonta a transição das localidades de enterramento das igrejas aos cemitérios; e “Vizinhos sim, enterros a parte”, dissertação escrita por Fernando Lins de Carvalho (Mestrado em Geografia/UFS), que faz um apanhado histórico acerca dos cemitérios Santa Isabel e São Benedito, em Aracaju- SE.

Destaca-se a utilização de artigos científicos coletados em meios eletrônicos na composição da fundamentação teórica, sendo alguns destes: “Cemitérios: fontes potenciais de contaminação”, de Walter M. Filho e Robson W. da C. Silva, em que se demonstra os riscos ambientais de contaminação existentes em um cemitério; “A saudade ecologicamente correta: a educação ambiental e os problemas ambientais em cemitérios”, de Salete Retamoso Palma e Djalma Dias da Silveira, onde se trata as possibilidades de adequação dos cemitérios a uma estética gradualmente menos danosa ao meio ambiente e à saúde pública – a verticalização dos cemitérios; “Cemitérios: passivo ambiental, medidas preventivas e mitigadoras”, de Elma Nery de Lima Romanó, escrito no qual a autora retrata as consequências do crescimento populacional urbano e a importância dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA) nos cemitérios, como meio de prevenção de possíveis contaminações por necrochorume.

O objetivo geral se destaca em analisar as divergências evidenciadas entre o processo de crescimento urbano e demográfico ao desproporcional desenvolvimento de construção cemiterial para atender as grandes demandas obituárias registradas em Aracaju. Os objetivos

específicos permeiam: descrever os tipos de construção existentes nos cemitérios São João Batista, Santa Isabel e São Benedito; expor dados históricos, geográficos e humanos referentes à capital sergipana na rememoração de características socioambientais relevantes ao entendimento da necessidade de urbanização que ocorreu no Estado; identificar o índice de ocupação, vagas definitivas e rotações de túmulos segundo os padrões regulamentados de cada necrópole e oferecer um molde de cemitério sustentável para implantação em Aracaju.

As hipóteses abrangem: a estagnação do levantamento de necrópoles como fator que afeta de maneira prejudicial a composição social urbana em Aracaju, dando a esse perímetro um caráter de desorganização, danoso às comunidades circunvizinhas das necrópoles em estudo; os dados históricos como meios rememorativos da ocorrência de fundações dos cemitérios Santa Isabel, São Benedito e São João Batista sem estudos prévios de solo e de fatores populacionais; e, a consequência de uma urbanização acelerada, simultaneamente ocorrida, com esquecimento da necessidade do levantamento de necrópoles, acarretando no campo da construção cemiterial um descaso de cumprimento aos regulamentos e da manutenção sadia do espaço em estudo.

O foco do estudo proposto se situa em Aracaju – SE, com uma representação apoiada em três cemitérios, sendo dois de caráter particular, os cemitérios Santa Isabel e São Benedito – que já estão com um número acima do esperado de sepulturas, estando superlotados e sem possibilidade de ampliação territorial – e o cemitério São João Batista – de esfera pública municipal. A pesquisa foi embasada por meio de documentos de fundação do cemitério Santa Isabel e São Benedito, estando estes, respectivamente, na Associação Aracajuana de Beneficência e na Arquidiocese de Aracaju. Sobre o cemitério São João Batista, tem-se os documentos de compra do terreno e fundação na Secretaria de Planejamento da cidade de Aracaju. Nesse viés, o estudo abrangerá um retrospecto baseado em revisão de literatura, documentos oficiais e informes jornalísticos, do período entre os séculos XX e XXI, acerca da ampliação ou inércia do perímetro cemiterial e crescimento quantitativo de inumações no local referido.

A pesquisa pretende contribuir com três aspectos primordiais no campo científico e social: demonstrar que o cemitério é um campo e/ou objeto de pesquisa que envolve temáticas antropológicas, geográficas, históricas, socioambientais, linguísticas, biológicas, que podem

ser exploradas para conhecimento de uma comunidade ou de ideários sociais; expor uma comparação entre a expansão da cidade de Aracaju nas décadas concernentes ao recorte temporal estabelecido em desproporção ao levantamento de necrópoles na capital sergipana; e ratificar a necessidade de estudos de impacto ambiental compostos por análises hidrogeológicas, assim como a obediência aos regimentos locais e às Resoluções CONAMA 335/2003, 368/2006 e 402/2008, antes do levantamento de uma necrópole no local pretendido.

O presente estudo está dividido em três capítulos. O primeiro capítulo enfoca a análise em três tocantes: a exposição de dados históricos, geográficos e econômicos referentes a cidade de Aracaju, de forma concisa entre as centúrias XX e XXI; a apresentação de uma revisão bibliográfica acerca da mudança das localidades de enterramento das igrejas aos cemitérios, tornando-se estes elementos urbanos.

O segundo capítulo concerne à metodologia da pesquisa e a exposição das Resoluções CONAMA 335/2003, 368/2006 e 402/2008 e das consequências de uma instalação cemiterial sem Estudos de Impacto Ambiental e/ou com inadequações às normas previstas. Neste ainda discorre-se acerca da administração pública municipal como forma de fiscalização e operacionalização dos cemitérios. Trata-se, outrossim, da pesquisa acerca dos enterramentos efetuados no Cemitério Santa Isabel e dos dados de enterramento entre 1900 e 2010.

O terceiro capítulo reitera os resultados esperados e traz sugestões acerca de um cemitério padrão nos moldes de sustentabilidade e otimização da área condizente ao levantamento de uma nova necrópole em Aracaju, exigida judicialmente, fornecendo uma proposta de base para o levantamento de um cemitério totalmente vertical.

CAPÍTULO 1 – O CEMITÉRIO: DOS LIVROS ÀS LEIS; DA IGREJA À CIDADE.

1.1 Nascer e viver em Aracaju: expansão demográfica urbana do século XIX ao XXI.

O Brasil desde os últimos dois séculos vive uma intensa explosão demográfica revestida por uma ação resultante, o crescimento habitacional urbano. Sergipe, mesmo sendo o menor estado brasileiro, contém importância significativa enquanto ambiente envolvido em contundentes mudanças no âmbito, concernentes ao processo de urbanização e ampliação das taxas de índice de desenvolvimento humano.

Em Aracaju, o cenário não é diferente. Foi fundada em 1855 e está localizada no litoral de Sergipe. A capital sergipana contém, segundo o IBGE (2010), o total de 570. 937 habitantes distribuídos em 181857 km² e são municípios limítrofes São Cristóvão, Barra dos Coqueiros, Nossa Senhora do Socorro, Itaporanga d’Ajuda e Santo Amaro das Brotas.

O processo de urbanização realizado em Aracaju desde sua fundação, determinado pelo plano do engenheiro Pirro, na construção da cidade como capital de Sergipe, integrava os arquétipos do geometricismo e das linhas retas simples e rigorosas para o levantamento da cidade. Porém, a pressa na construção da cidade deixou marcas no próprio sistema de projeção e arquitetura, resultando em consequências desagradáveis relacionadas ao saneamento básico e escoamento de águas no período chuvoso.

Pela pressa para construir a cidade, não se pôde fazer um plano melhor adaptado ‘ao caráter físico do terreno’, que facilitasse as subseqüentes obras de abertura das ruas, proporcionando melhor aspecto à cidade, evitando grandes aterros e facilitando os serviços de drenagem (PORTO, 1945, p. 37).

No século XIX, Aracaju tinha uma população estimada em 9 559 habitantes. O crescimento do mercado de trabalho nos centros urbanos é e foi de forma intencional um atrativo substancial de uma massa demográfica. Contudo, o impacto dessa transição fica evidente na renovação de ruas e cidades para que se adaptem as novas formas de organização

constantes dos centros urbanos. Entre os anos de 1870 e 1900, às vésperas do século XX, o crescimento populacional aracajuano foi 101% (IBGE). O fluxo migratório em Aracaju foi intensificado a partir do século XX e o crescimento das taxas de natalidade aumentou, formando um inchaço populacional na *urbe* que começou a ser temática de pesquisas (PORTO, 1945, p. 15).

Por meio da Tabela (1.1) a seguir, que contém os dados coletados em censos e estimativas do IBGE, consegue-se obter os abalancamentos populacionais entre 1872 e 2010, notando a ampliação demográfica em Aracaju.

TABELA 1.1 – O crescimento populacional aracajuano

Ano	Estimativa de habitantes	Crescimento demográfico ¹
1872	9 959	-
1890	16 636	74%
1900	21 132	27%
1920	37 740	78,6%
1940	59 031	56,4%
1950	78 364	32,8%
1960	115 713	47,7%
1970	183 670	58,7%
1980	293 119	59,6%
1991	402 341	37,3%
2000	461 534	14,7%
2010	570 937	23,7%

¹ O crescimento demográfico está relacionado em porcentagem ao período anterior de Censo.

Fonte: PMA, 2012.

De acordo com a tabela acima, pode notar um crescimento linear contínuo na demografia aracajuana. A porcentagem média de aumento na taxa demográfica populacional

da capital sergipana – com base nos últimos 130 anos, o que é possível verificar conforme no uso dos dados estabelecidos – gira em torno de 46,40 % à década.

O contraponto verificado entre o aumento populacional e a estagnação de levantamentos de necrópoles fica evidente levando-se em consideração que, nas últimas 11 décadas, ocorreram apenas a fundação de 8 cemitérios, nos quais 6 desses têm capacidade rotativa de 3000 túmulos e capacidade perpétua de 490 túmulos a cada triênio. Logo, a cada década tem-se uma taxa de equivalência entre crescimento demográfico e capacidade tumular de 20,1%, menos do que a metade da taxa de crescimento populacional média por década em Aracaju (40,40%).

FIGURA 1.1 - Os bairros em Aracaju (2012).



Fonte: PMA, 2012.

De acordo com a Figura (1.1), Aracaju atualmente possui 39 bairros, exceto Zona de Expansão, sendo eles respectivamente representados numericamente na imagem a seguir: 1)Porto Dantas, 2)Lamarão, 3)Soledade, 4)Japãozinho, 5)Industrial, 6)Santo Antônio (Localização dos cemitérios Santa Isabel e São Benedito), 7)Cidade Nova ((Localização do cemitério São João Batista), 8)Bugio, 9)Santos Dumont, 10)Dezoito do Forte, 11)Palestina, 12)Jardim 13)Centenário, 14)Olaria, 15)José C. de Araújo, 16)Siqueira Campos, 17)Getúlio

Vargas, 18)Centro, 19)Capucho, 20)Novo Paraíso, 21)América, 22)Cirurgia, 23)São José, 24)Treze de Julho, 25)Salgado Filho, 26)Suissa, 27)Pereira Lobo, 28)Ponto Novo, 29)Jabutiana, 30)Luzia, 31)Grageru, 32)Jardins, 33)Inácio Barbosa, 34)Farolândia, 35) Coroa do Meio, 36) Santa Maria, 37) Aeroporto, 38) Atalaia e 39) 17 de Março (PMA, 2012).

A modificação de nomenclaturas, fragmentação de grandes bairros em bairros menores começou a partir da década de 1960. A partir desta, com as políticas desenvolvimentistas, Aracaju recebe investimentos para integração de indústrias têxteis e mecânicas, o que direciona a transição dos sergipanos provenientes de outros municípios a adentrarem a capital sergipana e fixarem residência na cidade.

Ao longo da história econômica regional e urbana brasileira, mais nitidamente, nas capitais dos estados das regiões periféricas, é possível identificar algumas características: ligação entre a acelerada urbanização nas capitais nordestinas e os efeitos da política dedesenvolvimento regional efetivada no Brasil (MATOS, 2010, p. 01).

Desse modo, em 1980, Aracaju já dominava o terceiro maior quantitativo populacional urbano da região Nordeste, alcançando 98% de crescimento habitacional. E acompanhando as expectativas:

Teve início durante toda a década de 1980 e prosseguimento em 1990, o processo de modernização das atividades terciárias urbanas de Aracaju (FRANÇA, 1999, p. 107), estabelecendo uma clara divisão do seu limitado espaço territorial quanto ao potencial de valorização dos terrenos, e a questão fundiária quanto ao uso e renda do seu solo urbano despertavam grandes interesses (MATOS, 2010, p. 09).

Diante desse movimento de urbanização, Aracaju representava, já em 1991, uma das oito capitais brasileiras, à exceção de Brasília, cuja população era totalmente urbana. Destarte, pode-se afirmar que o processo de urbanização amplia de forma perceptível as cidades. A demografia crescente impulsiona de forma contundente essa sistemática. E para “a compreensão de uma organização que está em perpetuo processo de reorganização, das formas que apresenta e de seu conteúdo intelectual” (ANDRADE, 1994, p. 29) torna-se necessário, outrossim, a rememoração espacial e temporal dos fatos e do meio que se deseja considerar.

Com a expansão dos números que marcam as estatísticas populacionais, não é somente a atual ligação entre o homem, sociedade e natureza que preocupa e instiga. Tal cogitação pode abarcar diversos temas a serem discutidos sobre o meio ambiente, o comportamento social e as edificações físico-culturais elaboradas e repensadas cotidianamente.

1.2 O cemitério escrito: discussões de viés historiográfico no século XX.

Em 1929, a Escola dos Annales, com o lançamento da revista *Annales D'Histoire Économique et Sociale*, transforma a visão da escrita historiográfica. O fato já não é a descrição crua de uma realidade, de um ocorrido, de um tema vivido; o fato passa a ser explorado e enxergado em monumentos, em poesias, em anedotas, ou até mesmo em situações rotineiras, como o nascer e o morrer (BURKE, 2010, p. 54).

A morte, fato decrípto da vida do homem, nasce, como tema de estudo histórico. E seu progenitor se denomina Phillipe Àries, trazendo à tona a célebre obra “História da Morte no Ocidente: da Idade Média aos nossos dias”. O livro faz um apanhado bastante detalhado e rico em fontes primárias sobre a evolução das sepulturas, os aparecimentos e desaparecimentos das inscrições tumulares ou epígrafes, dos variados modos de velar os mortos ao perpassar dos séculos, da criação do medo-monumento da Morte; do processo de retirada do temor à Morte; da morte como meio de exposição econômica e projeção social.

No século XXI, o homem já não é invólucro na contemplação de uma morte intocável, santa e imaterial, pois só estas imagens do morrer já não e nunca foram as únicas. Contudo, o que se destaca nas maiores alterações relacionadas ao enterramento, é que a pompa dos rituais, incluindo os convites para velórios (feitos em couro ou tecidos caros, na Idade Média) se transfere da casa do morto para o cemitério. Os mausoléus, que antes eram casas simples, transformam-se em verdadeiros monumentos arquitetônicos, demonstrando a valorização da casa luxuosa mesmo na última morada terrena (ÀRIES, 2003, p. 355).

Àries, em outra obra denominada “O Homem diante da Morte”, explana, em um montante de dois volumes equivalente a 912 páginas, características primordiais ao estudo antropológico sobre a Morte. Remonta que a partir do século XVII, a inscrição tumular retorna aos jazigos e mausoléus, tornando-se no século XX, prática comum e até exacerbada na quantidade de palavras. Assim,

Quando o epitáfio se tornou frequente e começa a tagarelar, essa concisão arcaica foi mantida em certos túmulos, em especial de monges e abades. Apesar dessa reserva, não é menos verdade que, em alguns séculos, se iria do silêncio anônimo a uma retórica biográfica, exata, mas por vezes abundante, ou até mesmo redundante (ÀRIES, 1989, p. 234).

Para compreensão da dissertação apresentada é importante frisar o conhecimento de alguns termos, os quais são pautas de discussão sobre o tema. Sendo assim, recorre-se as obras dos historiadores Phillipe Àries e João José Reis¹ para contemplação de tais indagações. Qual a origem da palavra cemitério e sua evolução? Qual a alteração básica do processo de enterramento (com exceção dos velames) no perpassar dos séculos XIV ao XIX? Quais os tipos de túmulos existentes nos cemitérios ocidentais?

Primeiramente, pode-se dizer que a etimologia da palavra cemitério vem do grego *koimeterion*, significando “lugar para dormir”; no latim *coemiterium*, concernente a “lugar ou terreno onde são enterrados os mortos ou guardadas as cinzas depois de cremados”. A palavra cemitério no século XII teve uma construção imagética que foi modificada ao passar dos séculos. Na centúria referida, o cemitério designava “campo morto” e não era uma nomenclatura específica para o lugar onde se enterravam os mortos. Segundo Àries, qualquer ambiente imaginado como lugar sem vida, como um bosque queimado, uma planta congelada ou um rio sem peixes e com águas sujas, eram em essência, cemitérios (1989, pp. 250-252).

Nessa época, os próprios cemitérios eram locais afastados das cidades habitadas, pois eram cidades destinadas somente aos mortos. Daí surge o termo “necrópole”, que designa cidade dos mortos. A partir do século XIV, a crença no “milagre dos mortos” emerge. Tal fé era baseada na ideia de que alguns fenecidos detinham poderes de cura e por isso, deveriam integrar-se no enterramento dentro das igrejas, assim como freis e padres. No início do século

¹ A obra mais célebre de João José Reis é *A morte é uma festa*, na qual o escritor relata por meio do uso de testamentos e cartas acerca dos rituais fúnebres em irmandades negras no Brasil.

XVII, a prática de enterramento no interior das capelas é comum (aos abastados), só alterando-se essa noção de inumação a partir do século XIX com a integração dos cemitérios urbanos (REIS, 2009, p. 314).

Os tipos de túmulos variam conforme a época. Na Idade Média, os filhos da nobreza eram enterrados em sarcófagos de pedra esculpidos e os filhos da pobreza, em sacos de estopa amarrados. No século XVIII, começam a surgir as valas mais comuns e que perduram até a atualidade. São estas: jazigos, carneiros, mausoléus, covas rasas ou canais rasos, gavetas, ossuários e mausoléus. Os significados e as transformações acerca do cemitério serão dispostos no seguinte tocante que apresenta discussões do século XXI sobre esse tema de pesquisa e objeto legislativo.

1.3 O cemitério sonoro: da literatura à música.

Com o intuito de atingir uma compreensão acerca das mentalidades construídas e construtoras dos axiomas que rondam os aspectos de cunho fúnebre, obras de naipe antropológico, como “O que é Morte”, de José Luiz de Sousa Maranhão, destacam cogitações concernentes à alteração do sentido-sentimento do que denota o depauperamento. Explana-se, a partir de então, a maneira com que o falecimento do corpo material foi instituído, culturalmente, como um tabu, pois

[...] à medida que a interdição em torno do sexo foi se relaxando, a morte foi se tornando um tema proibido, uma coisa inominável. A obscenidade não reside mais nas alusões às coisas referentes ao início da vida, mas sim aos fatos relacionados com o seu fim. [...] Atualmente, existe a preocupação de iniciar as crianças desde muito cedo nos “mistérios da vida”: mecanismo do sexo, concepção, nascimento e, não tardará muito, também nos métodos de contracepção. Porém, se oculta sistematicamente das crianças a morte e os mortos, guardando silêncio diante de suas interrogações, da mesma maneira que se fazia antes quando perguntavam como é que os bebês vinham ao mundo (MARANHÃO, 1987, p.10).

A temática que abarca e expõe os contornos que o conceito de morte adquire no processo de edificação imagética e imaginária versa as análises características do cemitério como ambiente de pesquisa. Os símbolos que nele se encontram, instaura-o sendo grande objeto de reflexão tanto à observação científica material quanto à análise sócio-cultural no campo das mentalidades. Os jazigos, os epitáfios, os simbolismos funerários em geral, conglomeram evidências de sentimentos e afirmação com as tradições, os bons costumes e a moral. Elucubrar sobre essas heranças enraizadas no imaginário humano é a empreitada central desse estudo. Contudo, os conceitos e noções de uma sociedade se modificam continuamente com o perpassar dos anos. Tal afirmativa, no campo proposto de análise, fixa fielmente que,

Através do imaterial visamos atingir o material. Em outras palavras, ao estudar o imaginário de uma dada sociedade pode-se compreender de maneira mais eficiente o germe de seus patrimônios materiais. Igrejas, estátuas ou mesmo cemitérios e suas sepulturas não são construídos ao acaso, há sempre uma idéia que se coagula para que tais estruturas venham à tona (LUNA, MARINHO, JEPEX/UFPRPE, 2010).

É notória a preocupação com os mortos e com a morte que o ser humano instaura por meio de palavras, demonstrando de forma particular e, simultaneamente, pública, a exposição das representações simbólicas do ideário social que se integram ao pensamento individual. Com sustentação nessa análise, concebem-se reflexões sobre as transformações e os prosseguimentos de determinados padrões e costumes sociais que fazem parte das elucubrações mortuárias. Assim,

Sirvam-nos, pois, estes levíssimos apontamentos para mostrar como – dos mais diversos pontos de vista – simples lápides tumulares não são apenas mera recordação de quem passou e de uma forma ou doutra mereceu que lhe gravassem o nome na pedra imorredora: as inscrições que ostentam, constituem, na sua linguagem quase estereotipada, outros tantos livros abertos que importa não deixar fechar! (D'ENCARNAÇÃO, 2008).

Em se tratando da morte como elemento antropológico e histórico tem-se o Dia de Finados, 2 de novembro, feriado nacional. Para uns, dia de descanso e para outros, data de relembração e cuidado com os fenecidos. A morte é o tema central da data e o dia em que os

cemitérios se lotam – por gente viva – não somente pela visitação de parentes, amigos ou conhecidos dos entes inumados, mas pelos empreendedores dos muitos tipos de comércio que lá são encontrados. Há quem venda flores, velas, terços, lanches e limpeza de túmulos. Então, o que dizer se encontrar:

Cachaça, batida, cachorro-quente, pipoca, coxinha de galinha, empadinhas, frutas, cigarros, flores, velas... Parecia uma festa!... Era o que se via na porta dos cemitérios, terça-feira, Dia de Finados [?] (GAZETA DE SERGIPE. 04 de nov, 1993. p.3B)

O solo sagrado do campo-santo como ambiente de comércio. Estes relatos expõem mais do que elementos que rodeiam a simbólica data de preocupação com a morte e demonstram, também, a projeção da vida e da economia nos portões da necrópole. Assunto vasto e de várias facetas socioculturais. O Dia de Finados como “uma festa” remete ao século XIX, onde o cortejo fúnebre era acompanhado por música, dança, orações e pompas. Os ritos estão intimamente envolvidos nesse processo de rememoração em que se estabelece uma ligação entre o passado da sociedade em que se vive, a construção de identidade individual e coletiva e a repetição ou corte com as experiências adquiridas. Assim,

A ideia de que ocasiões sociais complexas (rituais, festividades, cerimônias etc.) são presididas por um ou mais modelos de ordem que orientam a conduta das pessoas, fornecendo a elas os meios para navegar no mar dos acontecimentos e as chaves para decodificar os sentidos de suas ações (FILHO, 2009. p. 37).

Se há o corte dessas relações, o indivíduo em congregação à sociedade restabelece novos padrões de ação, mesmo sendo de integral complexidade tal fragmentação e reformulação de axiomas socioculturais já consolidados. Contudo, no campo das ideias, a incisão com determinadas expressões do passado não significa uma total ruptura com o conjunto de pensamentos no qual está inserido. Ao contrário do que se pensa, a harmonia da construção constante das funções dos ritos em sociedade se dá tanto pelas continuidades quanto pelas quebras com ações e simbolismos do ontem. Assim, os rituais, como explicitações materiais interligadas a noções abstratas, mantém singular importância por representarem e permitirem o acontecimento das *passagens*, pois

Nascimento, puberdade social, casamento, paternidade, progressão de classe, especialização de ocupação, morte. A cada um desses conjuntos acham-se relacionadas cerimônias cujo objeto é idêntico, fazer passar um indivíduo de uma situação determinadas a outra situação igualmente determinada. Sendo o mesmo objetivo, é de todo necessário que os meios para atingi-los sejam pelo menos análogos, quando não se mostram idênticos nos detalhes. (GENNEP, 1978. p. 27).

A ideia de finitude exerce sobre o homem uma consideração imaginária da amálgama de desordens e desmoronamento daquilo que se enraizou em vida. Este rito de passagem engloba aspectos do profano e do sagrado. A conjectura humana pode e faz a observância minuciosa das vários semblantes que a morte incorpora. Como Tânatos, figura mitológica grega que é a personificação da morte, com o coração de ferro e as entranhas de bronze, o indivíduo se prepara cotidianamente para simbolizar a pulsão natural de desmembramento e destruição e, ao mesmo tempo, ater-se a reconstrução dos ideais, das ideias e das ideologias no porvir.

Pode-se dizer que na literatura e na música tem-se ainda uma transparência acerca das mudanças sociais e históricas de encarar a morte, a literatura confere um dos dados mais importantes sobre as edificações imagéticas acerca da morte em que, como personagem central de pensamentos e altercações, viabiliza estudos sobre novos âmbitos de linguagem, originais representações de produtos do ideário em que a reorganização de conceitos e interpretações vão desde a própria afirmação mítica ao caráter clínico e científico.

No século XX, Mário Quintana escreve que "a morte é a libertação total: a morte é quando a gente pode, afinal, estar deitado de sapatos", ilustrando uma novo formato literário sobre o tema, versando uma comicidade sobre a finitude humana, tema no século anterior tratado com austeridade, consternação e negatividade. No poema de nome "Os relógios", do mesmo autor, é possível perceber uma menção de relação entre o tempo e a morte como ressalvas indicativas sobre a criação e manutenção do imaginário relacionado ao cotidiano e à escrita. A ideia de continuidade do ser por meio das palavras faz alusão à imortalidade,

Porque o tempo é uma invenção da morte:
não o conhece a vida — a verdadeira —
em que basta um momento de poesia
para nos dar a eternidade inteira.

A obra “Intermitências da morte”, de José Saramago demonstra a preocupação e a importância da extenuação e dos mortos para as estruturas sociais. Na narrativa, o escritor disserta sobre o dia em que a personagem da morte entrou em greve e todos perceberam quão importante era o desfecho da vida. Mas, expõe duas personificações da morte, uma sendo uma velha gorda e cansada de tantos afazeres e de tanta repulsa, e a outra como uma mulher cadavérica, prazerosa em suas atividades, pois,

Envolta na melancólica mortalha que é seu uniforme histórico, com o capuz pela cabeça, medita no sucedido enquanto os ossos dos seus dedos de ossos, tamborilam sobre o tampo da mesa [...] (SARAMAGO, 2005. p. 135)².

Assim, sobre a transformação de mentalidades e do imaginário humano, uma composição assume ímpar papel sobre as ideias de *post-mortem*, tratando do enobrecimento da honra no momento do falecimento, simbolismos de material fúnebre, extermínio do corpo humano e comicidade, representados em “Fita Amarela”, escrita e cantada em 1932, por Noel Rosa:

Quando eu morrer
Não quero choro nem vela
Quero uma fita amarela
Gravada com o nome dela.

Se existe alma
Se há outra encarnação
Eu queria que a mulata
Sapateasse no meu caixão
(Oi, sapateia, oi, sapateia).

A morte pode ser cômica ou triste, enaltecida ou depreciada, temida ou desejada. O estudo sobre a morte e os mortos demonstra as mais diferenciadas visões sobre uma figura que denota tantas interpretações. Nessa mensagem, o culto aos mortos adquire, com o passar dos anos, uma aspecto essencial à organização cultural e social, contornando-se como um culto aos antepassados, dando-lhes uma figura celebrativa e de comprometimento à memória, remetendo tanto à vida social, cívica e ética quanto ao sentimento religioso. Com base na

perspectiva exposta, a subjetividade é explanada por meio de variadas facetas que englobam pontos de vista individuais, coletivos, nacionais e podem abarcar também, indicativos de um pensamento social e de modificações relativas a ações e ao conjunto de ideias que firmam a integração de novos modos de pensar e agir a antigos rituais.

1.4 O cemitério aracajuano: da igreja à cidade.

Quando eu morrer quero ficar,

Não contem aos meus inimigos,

Sepultado em minha cidade.

Saudade (ANDRADE apud ABUD; GLEZER, 2004, p. 9).

Saudade. A lembrança que remete algo acontecido, um pretérito das ideias e dos acontecimentos. A memória, um processo de retenção seletiva dos fatos que instaura no ser humano esse elo entre presente e passado, apresentando a saudade. Cravar o nome, a marca, a história, imortalizando o homem no próprio chão é o tão simples desejo do poeta e do homem comum. Simples porque é a menção de uma vida, de um testamento não escrito, mas fixado em lei e retratado ao longo dos séculos. Caberia então, nesse contexto, alguma complexidade? Sim. A parte complexa do enterramento não é a morte, nem o obituário, incrivelmente, é o ato de enterrar-se. Esse fato que, antes do que se imagina, será provável motivo de grande saudosismo.

Sergipe, mesmo sendo o menor estado brasileiro, contém importância significativa enquanto ambiente envolvido em contundentes mudanças no âmbito, concernentes ao processo de urbanização e ampliação das taxas de índice de desenvolvimento humano. Mas, esse inchaço populacional ao longo dos séculos deixou marcas, também, no campo cemiterial. Ao contrário das cidades que se expandiram, as necrópoles estancaram. No espaço dos mortos o uso do tempo se calcificou com a estagnação do levantamento de âmbito fúnebre. Ser “sepultado em minha cidade”, caso esse cenário não seja alterado, será brevemente uma lembrança, uma saudade.

Em Sergipe, sinais dessa inércia quanto à construção cemiterial já podem ser vistos aliados a uma imagem reforçada pela falta de edificação de campos santos que foi, paulatinamente, demonstrando-se insuficiente para atender às demandas de falecidos nos municípios. Pois,

ter onde cair morto em Aracaju e em algumas cidades do interior sergipano é um problema, e dos grandes. Mas o pior é que não se vê interesse em ampliar o espaço destinado aos defuntos – pudera morto não dá voto! – e enquanto isso, cemitérios públicos do Estado se transformaram num verdadeiro – e apertadíssimo – depósito de ossos (CINFORM, 2010, p. 4).

O esquecimento do campo-santo por seu caráter organizatório que foi a solução do período oitocentista, ganha contornos de um grave problema sergipano no século XXI, envolvendo aspectos econômicos, políticos e ambientais. A capital do Estado resguarda oito cemitérios, sendo quatro de caráter privado – Santa Isabel, São Benedito, Cruz Vermelha e Colina da Saudade – e os quatro restantes de cunho público – Cemitério do ABC, Cemitério dos Náufragos, São João Batista e Helena Alves Bandeira – sob a salva da administração e regulamentação municipal e estadual.

Sobre os cemitérios particulares, sabe-se que dois, os Santa Isabel e São Benedito, já estão com um número acima do esperado de sepulturas, estando superlotados e sem possibilidade de ampliação territorial. Essas duas necrópoles são focos deste estudo, somadas ao cemitério São João Batista, mas excluído o Cemitério Colina da Saudade, que em moldes europeus de cemitério-jardim, retempera a imagem dos túmulos fixados horizontalmente, à altura do chão cobertos por gramado, constando-se o mármore funéreo. Neste ambiente, gavetas e ossuários, elementos cemiteriais verticais são pouco vistos e, quando exibidos, são devidamente dispostos de forma muito organizada. Nesse estudo, tender-se-á analisar três cemitérios de caráter popular na área da cidade de Aracaju, excluindo-se, sob essa ótica, a necrópole em questão, pois nela observa-se um conjunto de contornos enraizados na ideologia do valor material econômico e da apropriação da natureza pelo homem.

Mesmo com o simbolismo da horizontalização de jazigos implicando, de maneira abstrata, uma igualação dos homens mediante o sono eterno, onde não se é possível definir hierarquias, que são representadas verticalmente pelas leituras imagéticas do rico e do pobre –

sendo que, na pirâmide social o abastado está na parte superior e o desprovido na base – e paraíso e inferno – em que o céu refere-se como o lugar acima de tudo e todos e o inferno abaixo do solo, tomam-se essas definições verticais e horizontais como frutos ideários e ideológicos. “A ideologia produz símbolos criados para fazer parte da vida real, e que frequentemente tomam a forma e objetos” (SANTOS, 2008, p. 126). O maior objeto simbólico urbano funerário, o cemitério, destaca-se por seu valor econômico, cultural e ambiental. Mas, por muitas vezes, “a cidade e sua formação restringiram-se a ações de planejadores preocupados apenas com o aspecto funcional, desprezando as práticas sociais que conferiam singularidade à imagem da cidade” (SANTOS, 2010, p. 73). Esse é o caso de Aracaju, uma cidade criada para a institucionalização governamental e comercial, uma urbe inaugurada com casas, edifícios e portos, mas sem uma necrópole estabelecida.

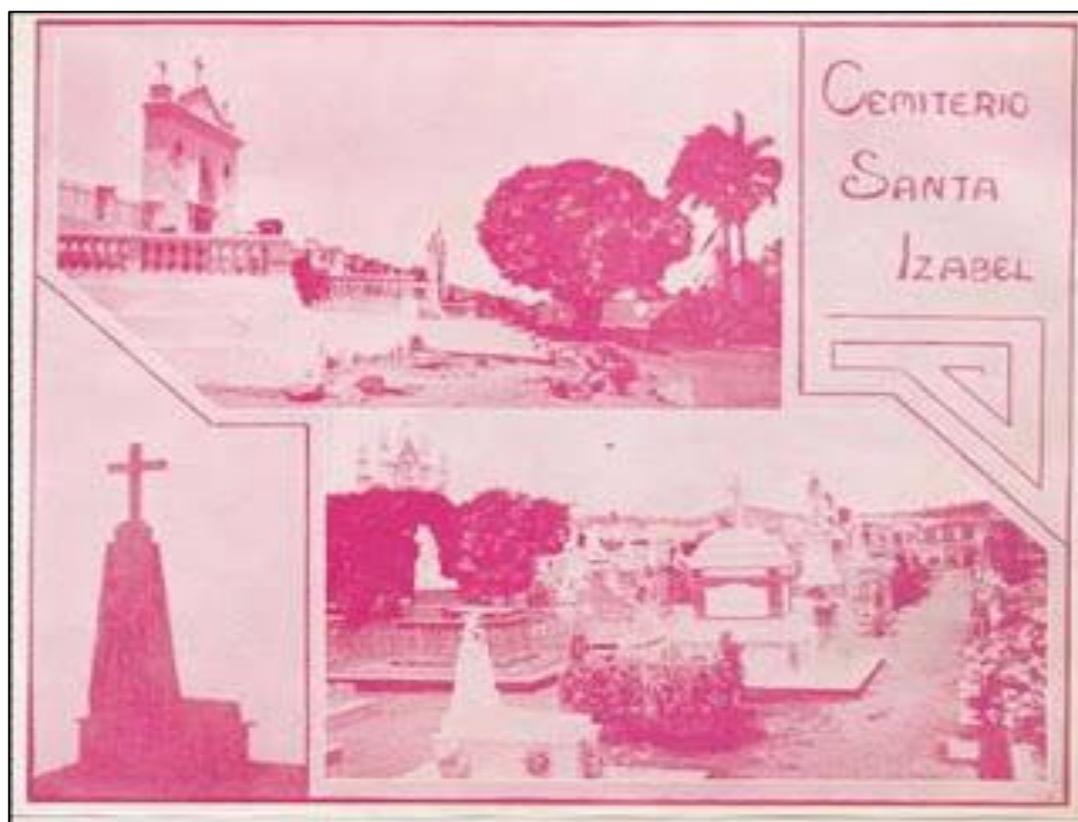
Esse debate cemiterial estender-se á, de forma concisa, ao século XIX, na época em que os enterramentos ainda se davam no interior das Igrejas – para os ricos – e nos arredores – para os pobres. Pois, “ali se celebravam os momentos maiores do ciclo da vida – batismo, casamento e morte. Ali, no interior daquelas altivas construções coloniais, os mortos estavam integrados à dinâmica da vida” (REIS, 2009, p. 172). No período oitocentista, as teses médicas higienistas recriminaram essa prática e o temor dos miasmas e odores fétidos dos santuários incomodavam mais aos doutores embasados nas teorias européias do que aos fieis e classes populares. O ambiente era dotado de edificações calçadas em chão batido, valas horizontais e covas verticais (nas paredes das capelas) que exalavam mau-cheiro e umidade, além da infestação de vermes, ratos e moscas.

Pensar no cemitério era mais do que uma tese, era uma questão sócio-ambiental que necessitava da aplicação prática urgentemente. Uma regulamentação cemiterial que instituísse o levantamento de necrópoles fora da Igreja e dentro dos limites da cidade era essencial. Pois, se

de um lado há sistemas que se preocupam com a morte, de outro há sistemas que se preocupam com o morto. É claro que não se pode estabelecer um corte radical, mas há uma tendência para ver a morte como importante, descartando o morto, e uma outra que tende a ver o morto como básico, descartando obviamente a morte (DAMATTA, 1991, p. 145).

Nesses contornos, na segunda metade do século XIX, precisamente em 1856, Aracaju ganha o primeiro cemitério católico, localizado as ruas Capela e São Cristóvão, no Alto da Santa Cruz (CARVALHO, 2003, p. 39). Era um ambiente improvisado, pequeno e demarcado por varas, que por ser impróprio atribuiu-se, em 1859, uma determinação para a compra de um novo terreno a ser nomeado. Assim, “desde 27 de fevereiro de 1862 servindo a comunidade” funciona o Santa Isabel, localizado à Avenida Simeão Sobral, sem número, bairro Santo Antônio, como informa a tabuleta fixada no portão central de entrada (vide Figuras Cemitério Santa Isabel em 1890 e Figura Placa Fixada no Portão Central do Cemitério Santa Isabel).

Figura 1.2-Cemitério Santa Isabel em 1890



Fonte: Blog Aracajuantiga, 2012.

Figura 1.3- Placa Fixada no Portão Central do Cemitério Santa Isabel



Foto: Diana Chiara, 2013.

Conforme se dá o *boom* populacional e a dilatação urbana na capital, cresce também a quantidade de cemitérios. Surge, em 1865, sob a administração da Arquidiocese de Aracaju afiliada à Irmandade de São Benedito, o cemitério São Benedito, ligado intensamente a características étnico-culturais. Na centúria seguinte, a Associação Aracajuana de Beneficência, administradora do Hospital Santa Isabel e, por assim dizer, também do cemitério homônimo, em 1902, menciona a fundação de um jovem cemitério. Assim,

Em 15 de janeiro deste ano [1902] inaugurou-se o novo, que está situado na parte ocidental da cidade, dando-se-lhe a denominação de Cruz Vermelha, no qual se faz inumações à sepulturas rasas, ficando o antigo, o de Santa Isabel, para catacumbas e carneiros (CARVALHO, 2003, p. 43).

Parece que a pressa foi mesmo demasiada grande. Pois, esqueceu-se, ou não houve preocupação, em construir um cemitério. Ergueu-se uma cidade sem uma necrópole. Os mortos não estavam nos planos de Aracaju. Diante da quantidade de estudos que não mencionam qualquer informação sobre o assunto, evidencia-se tal negligência. A Capital, em pleno século XIX, na época da medicalização da morte, fundou-se como um ambiente de

afirmação para os vivos e negação aos mortos. Se aqui permitir-se um anacronismo, tal fato exemplifica-se, como, pensar nos dias atuais, em construir uma grande empresa e não cogitar sobre as teorias de desenvolvimento sustentável. É pensar um futuro, remetendo-se ao passado. Mas, nos tempos hodiernos relegamos ainda os mortos e o cemitério ao esquecimento?

Repensar sobre a relevância da morte e dos mortos para a sociedade tradicional, destaca uma “reestruturação do espaço funerário, passando a existir um entrelaçamento arquitetônico e naturalístico na sua geografia” (CARVALHO, 2003, p. 20) em que a expansão de simbolismos culturais se estende ao objeto e a própria paisagem. O cemitério como espaço modificado pelo homem ganha contornos paisagísticos com a plantação de árvores e relva no solo. Se as plantas crescem e a relva não perde o verdor é sinal de que a necrópole não resguarda a morte, apenas os mortos.

No século XX, o crescimento citadino teve volumosa expansão por uma dinâmica social sergipana e a partir de então não mais cessou (CARVALHO, 2003, p. 35-38). Foi na segunda metade dessa centúria que emergiu a afamada discussão sobre o meio ambiente em que se mensurou

A necessidade de dar bases de sustentabilidade ao processo econômico, procurando controlar e reverter os custos ecológicos dos padrões de produção e consumo e seus efeitos, na deterioração ambiental e na qualidade de vida das maiorias. Essa degradação ambiental está associada a processos de desflorestamento, erosão e perda de fertilidade dos solos, com a contaminação de recursos hídricos, e o desperdício de recursos energéticos, assim como pela poluição ambiental e o aumento de riscos ecológicos (LEFF, 2006, p. 406).

A partir de então, o cemitério não é mais somente o lugar dos mortos. A emergência de estudos sobre as necrópoles como formas ímpares e ricas em fontes de informação tornou-o ambiente de estudo dos vivos, pois se descobriu que:

O cemitério é uma fonte de pesquisa geográfica (localização e expansão das cidades), histórica (antigos hábitos de inumar), sociológica (como a sociedade lida com a morte e a memória), antropológica (representação individual da morte), linguística (signos verbais), literária (escritos sobre a morte), artística (escultura), arquitetônico (construções tumulares), arqueológica (antigos túmulos), hidrogeológica (águas subterrâneas cemiteriais) pedológica (solo cemiterial), genealógica e heraldica (famílias, nomes, brasões), demográficas (imigrantes),

nobiliarquia (linhagem dos nobres), turística (visita a ilustres) e outras (RESENDE, s.d.e, p. 4).

Os processos de enterramento tem sido debatidos ao longo dos últimos 80 anos com diferentes focos de análise. Nas décadas entre 1930 e 1950, as análises eram, majoritariamente, antropológicas e arqueológicas. Ainda no século XX, a partir da década de 60, a observação problematizadora do cemitério como uma constante na preocupação ambiental olvidada por séculos a fio veio à tona. Estudos de Impacto Ambiental e Relatórios começaram a ser difundidos entre os meios de proteção ao meio ambiente (nas zonas da saúde e do desenvolvimento ambiental). Contudo, só na década de 90 da mesma centúria iniciou-se a elaboração de medidas para contenção e minimização de riscos ambientais decorrentes de má instalação ou manutenção ineficaz dos campos-santos.

CAPÍTULO 2 – DO CEMITÉRIO COMO RESULTADO DA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

2.1 O cemitério e suas transições: de tema de pesquisa à Lei.

No Brasil, a partir do século XIX, os enterramentos, que anteriormente aconteciam no interior ou nos arredores das igrejas, passam a ocorrer em locais de destinação própria e com um novo conceito acerca da morte e dos mortos na sociedade moderna. A preocupação com a contaminação do ar, dos solos e das águas pela potencialidade nociva dos cemitérios e dos gases expostos com o processo de decomposição já existia e, pode-se afirmar, esta foi apontada como a grande causa para a locação de necrópoles afastadas dos centros das cidades. Contudo, as cidades expandiram ao longo dos séculos XIX e XX aproximando-se gradualmente dos campos-santos. A partir de então, o crescimento demográfico denotou um inchaço populacional na *urbe* e, por conseguinte, também nas necrópoles.

No auxílio da compreensão acerca das graduais mudanças, benefícios e potenciais de risco de contaminação que os cemitérios oferecem, faz-se necessário um apanhado legislativo para o conhecimento do arcabouço legal delimitado a instituição, provimento, manutenção e proibições de levantamento cemiterial nas Unidades Federativas. Para tanto, as Resoluções CONAMA (nº 335/2003, nº 368/2004 e nº 402/2008) são bases para a explanação das potencialidades de contaminação e das disposições de construção.

Com o crescimento populacional houve um acentuado aumento no quantitativo de cemitérios instalados ou ampliados nas cidades. Tais construções no interior dos centros urbanos podem conter traços de potencialidade de contaminação de água e solo, pois, por muitas vezes, os cemitérios são construídos em zonas de baixo valor imobiliário e sem estudo adequado ao levantamento. Assim, os enterramentos humanos constituem grande foco de preocupação do saneamento ambiental já que, por diversas vezes, os locais de construção não são adequados hidrogeologicamente para o recebimento de uma necrópole.

Pode-se destacar que, no Brasil a maioria das construções cemiteriais é datada do século XIX ou XX e, tais levantamentos do período anterior ao século XXI não eram coordenados por uma legislação específica que tratasse em termos legais das proibições ou impedimentos de instalação cemiterial. Apenas em 1998 a Organização Mundial da Saúde (OMS) lançou um relatório em que se discorria acerca dos cemitérios como potenciais causas de impacto ao ambiente, devido a liberação de substâncias orgânicas e inorgânicas e de micro-organismos patogênicos para o solo e águas subterrâneas ou lençóis freáticos.

As construções de cemitérios e processo contínuo de enterramento e exumação afetam diretamente as condições naturais dos solos e das águas subterrâneas. A causa mais conhecida como potencial de risco de contaminação é o necrochorume, um líquido decorrente do processo de decomposição do corpo humano que tem aparência viscosa e coloração variável do verde-escuro ao castanho-acinzentado, constituído por 30% de sais minerais, 60% de água e 10% de substâncias orgânicas degradáveis.

Em estudo de impacto ambiental, o pesquisador brasileiro e geólogo Leziro Marques Silva, da Universidade de São Judas Tadeu, em São Paulo, utilizou como objetos de estudo 600 cemitérios do país, sendo 75% municipais e 25% particulares e, constatou que de 15% a 20% contém contaminação de subsolo por necrochorume. Sendo que “a contaminação é detectada por análises físicas, químicas e bacteriológicas de amostras de água do lençol freático sob os cemitérios ou em suas proximidades” (FILHO, 2009, p 26).

Outro processo de risco nocivo consequente da decomposição de matéria humana é a saponificação – reação de hidrólise alcalina na qual resulta um novo composto orgânico–, ocorrente em solos com alta umidade e que resultam na inibição da atuação de bactérias putrefativas e na degradação paulatina do corpo humano, liberando alta acidez no solo. A saponificação tem sido fator relevante de estudos e matérias jornalísticas nas regiões Sul e Sudeste brasileiras, pois o clima frio intensifica a decorrência de processos da saponificação, aumentando o período de exumação de cadáveres (de jazigos à ossuários) de 3 anos a até 6 anos.

Os elementos de potencialidade danosa ao meio ambiente não são somente referentes ao processo de putrefação do corpo humano. Os caixões são outro tocante de suma importância ao entendimento dos mecanismos ativos da contaminação de solos e água pelo

processo de enterramento e guarda dos elementos deste. A maioria dos caixões é confeccionada em madeira e este não tem potencial de periculosidade em contato com o solo. Contudo, algumas tintas e vernizes empregados no processo de pintura dos caixões utilizam traços de cromo, ferro, cobre, chumbo e zinco. Estes metais também aparecem com frequência nas alças dos caixões e constituem uma cadeia de materiais danosos ao componente geológico no qual estão situados.

É importante ressaltar que “uma área contaminada pode ser definida como uma área onde há comprovadamente poluição ou contaminação, causada pela introdução de substâncias ou resíduos que nela tenham sido depositados, acumulados, armazenados, enterrados ou infiltrados de forma planejada, acidental ou até mesmo natural” (CETESB, 2001).

Até o ano de 2003, o Brasil não tinha legislação específica para tratar do potencial de contaminação referente a instalação de cemitérios. Tal cenário legal brasileiro altera-se com a proposição da Resolução CONAMA nº 335/2003 que trata dos estudos de impacto ambiental, da adequação de cemitérios antigos a legislação, das zonas de proibição e dos impedimentos para o levantamento de uma necrópole em determinadas localidades. De modo conciso, far-se-á uma explicitação das atribuições gerais da Resolução CONAMA em confluência ao ponto de estudo pesquisado e do que esta vem a ser na legislação brasileira.

Primeiramente, uma Resolução é “um ato administrativo normativo que parte de autoridades superiores, mas não do chefe do executivo, através das quais disciplinam matéria de sua competência específica. As resoluções não podem contrariar os regulamentos e os regimentos, mas explicá-los” e também podem produzir efeitos externos (DICIONARIO DE JURISPRUDENCIA, P 989). O CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente) foi criado pela Lei 6.938, em 1981, tem caráter deliberativo, e visa integrar a sociedade civil por meio de representantes de entidades de defesa do meio ambiente, de empresários, de trabalhadores, além de órgãos de governo.

A primeira Resolução CONAMA nº 1/84, data de 5 de junho de 1984 e teve como escopo a aprovação do regimento interno do CONAMA. Já a segunda Resolução CONAMA (nº 2 de 05/06/1984) dispôs sobre a poluição causada pelos efluentes das destilarias de álcool, tendo inaugurado o caráter inovador das Resoluções CONAMA em tratar de assuntos ligados ao contexto histórico e socioeconômico da relação homem e meio ambiente.

A resolução CONAMA 335, de 3 de abril de 2003, dispôs de 18 artigos sobre a uma legislação específica de regulamentação cemiterial. Para tanto, englobou na sua proposição, os licenciamentos ambientais nos cemitérios horizontais e verticais e a criação de critérios para agilizar e simplificar os procedimentos de licenciamento ambiental das atividades e empreendimentos similares, visando a melhoria contínua e o aprimoramento da gestão ambiental.

De acordo com o texto da Resolução em estudo, explana-se ao que se refere: o cemitério como área destinada aos sepultamentos; o cemitério horizontal sendo uma área descoberta em moldes de jardim; o cemitério parque ou jardim como uma construção recoberta, com lápides instaladas paralelamente a linha do chão e com dimensionamento de pequeno porte para as identificações e a ausência de mausoléus ou construções tumulares altas; o cemitério vertical, como um edifício de uma ou mais pavimentos para os fins de sepultamento; os cemitérios de animais; a sepultura como um espaço unitário, mas que não define o isolamento de um ou mais corpos no mesmo espaço; o processo de sepultamento como ato de inumação, enterramento; a construção tumular sendo um levantamento sobre uma sepultura, seja esta um jazigo, um carneiro ou cripta; entre outras explanações acerca de elementos referentes ao processo comum do enterramento em no processo de enterramento acerca do uso de materiais indevidos na composição de caixões e, outrossim, na baixa inspeção às funerárias sobre o material artefato dos mesmos. Estando assim disposto:

Art. 8º: Os corpos sepultados poderão estar envoltos por mantas ou urnas constituídas de materiais biodegradáveis, não sendo recomendado o emprego de plásticos, tintas, vernizes, metais pesados ou qualquer material nocivo ao meio ambiente.

Parágrafo único. Fica vedado o emprego de material impermeável que impeça a troca gasosa do corpo sepultado com o meio que o envolve, exceto nos casos específicos previstos na legislação.

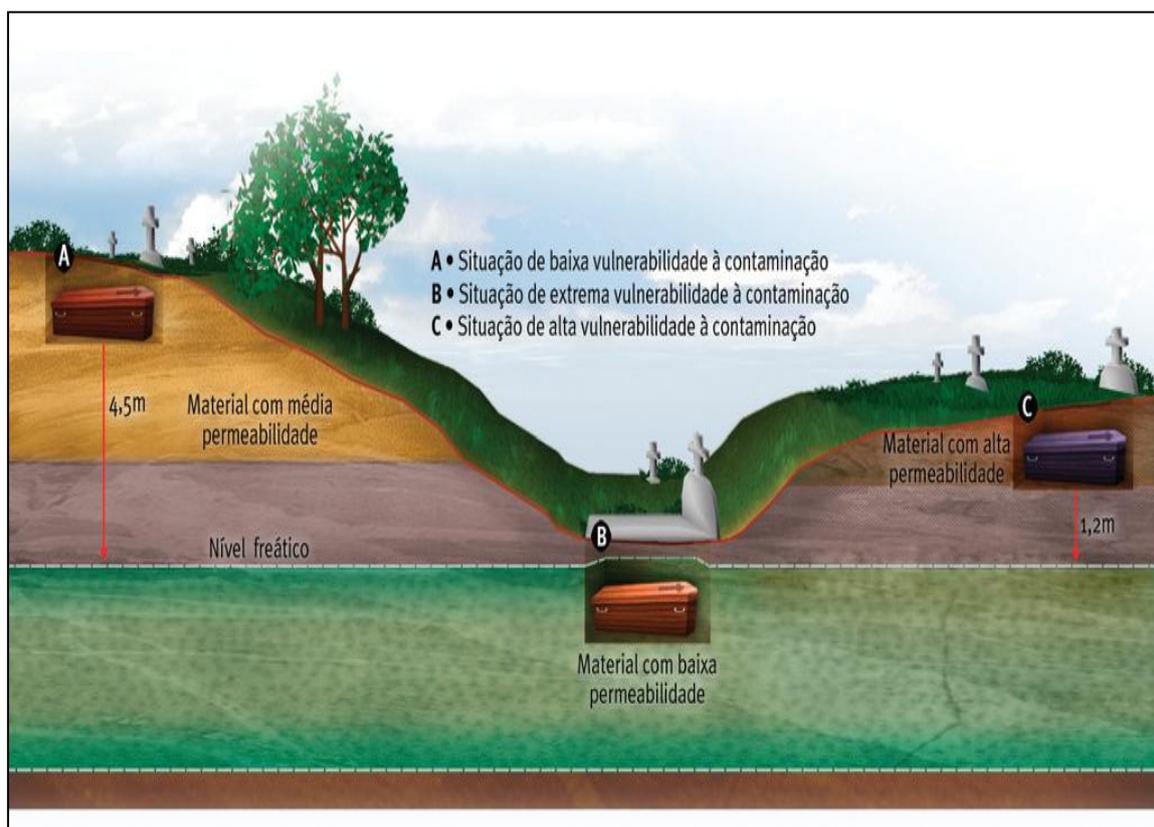
Os adereços e tintas dos caixões se adicionam ao necrochorume e liberam o formaldeído e metanol, químicos utilizados na embalsamação dos corpos. A tanatopraxia, maquiagem feita nos mortos para o processo velatório também é fonte potencial de contaminação, juntamente aos resquícios de produtos hospitalares e farmacológicos existentes no corpo humano.

Um dos tocantes relevantes acerca da Resolução CONAMA 335/2003 é o estabelecimento de critérios mínimos à instalação de novos cemitérios e à adequação de cemitérios antigos no prazo de cento e oitenta dias da publicação da resolução e da necessidade de estudos de impacto ambiental anteriores a fixação de uma necrópole.

A Resolução CONAMA 368, de 28 de março de 2006, altera dispositivos da Resolução nº 335/2003 que dispõe acerca do licenciamento ambiental de cemitérios e ações de adequação de cemitérios antigos as novas normas estabelecidas.

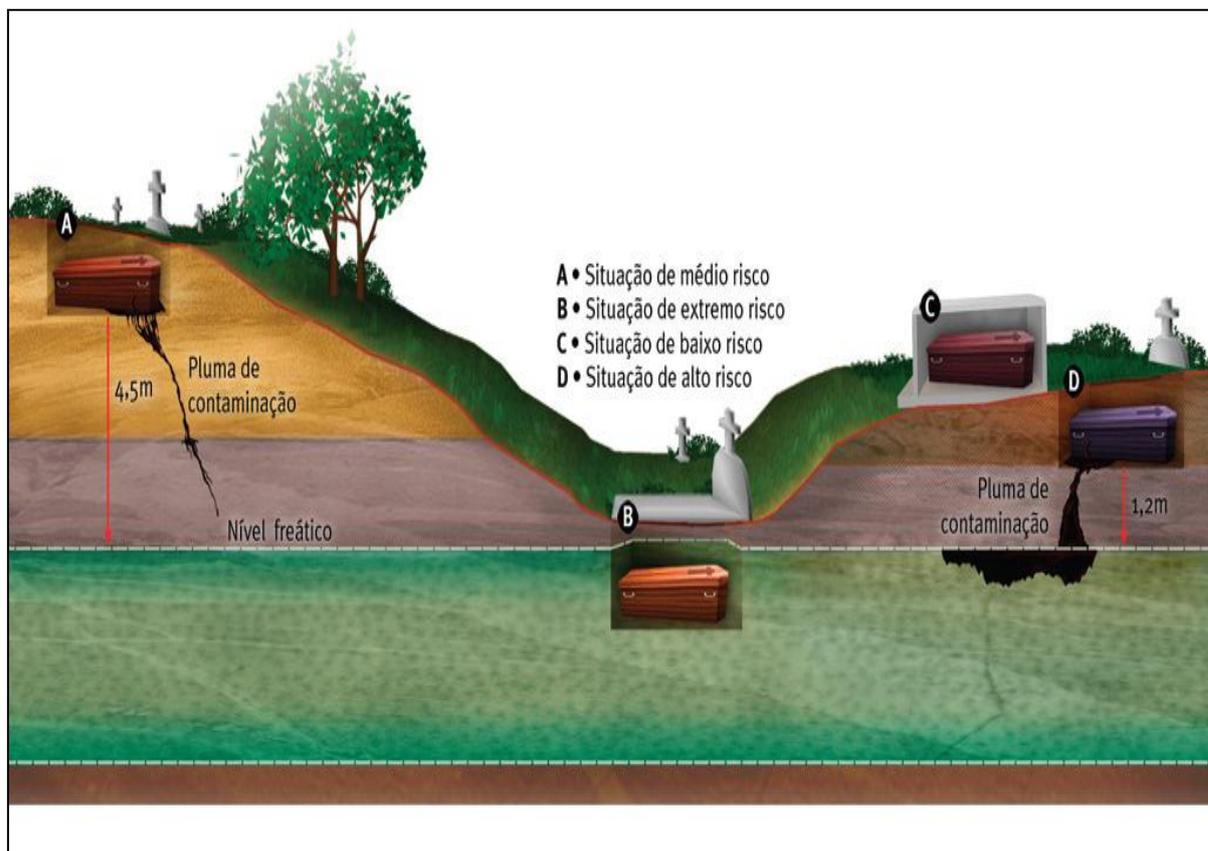
Desse modo, alteram-se os artigos 3º e 5º, revogando o inciso III, do § 3º, do art. 3º em que fica, a partir de então, “proibida a instalação de cemitérios em Áreas de Preservação Permanente ou em outras áreas que exijam desmatamento de Mata Atlântica primária ou secundária”, mas somente a partir do estágio médio ou avançado de regeneração, assim como em terrenos predominantemente cársticos, que apresentam cavernas, sumidouros ou rios subterrâneos. Também fica proibido o levantamento cemiterial em localidades que tenham seu uso restrito pela legislação vigente, ressalvadas as exceções legais previstas.

Estabelecem-se os critérios e parâmetros espaciais das sepulturas e jazigos. Para os cemitérios já existentes em áreas de manancial a fim de abastecimento e consumo humano, deve-se considerar que o cemitério esteja a uma “distância segura” das fontes de água, tenha sistemas de drenagem e tubulações constantemente fiscalizadas e renovadas no interior dos cemitérios (a fim de evitar vazamentos de necrochorume ou quaisquer outras substâncias) e que o subsolo seja constituído por materiais de coeficiente de permeabilidade entre 10^{-5} e 10^{-7} cm/s, na faixa entre o fundo da sepultura e o início do lençol freático. Conforme a Figura 2.1 abaixo, pode-se entender os níveis de vulnerabilidade à contaminação e a situação A (Situação de baixa vulnerabilidade à contaminação) como sendo o emprego primordial da Resolução CONAMA 368/2004.

Figura 2.1 – Situações de vulnerabilidade à contaminação por cemitérios

Fonte: FILHO, 2009, p. 27.

Sobre o nível inferior das sepulturas, dispõe-se que o mesmo tenha uma distância de pelo menos 150 cm do mais alto nível de lençol freático, a partir dos dados obtidos em pesquisas no período de cheias, verificando-se as situações de risco em estudos de EIA/RIMA sobre o tipo de solo, umidade solar e potencial de contaminação hídrica, conforme se pode exemplificar de forma imagética na imagem a seguir(Figura 2.2).

Figura 2.2 – Situações de risco à contaminação hidrogeológica por cemitérios

Fonte: FILHO, 2009, p. 27.

Outro importante ponto é o artigo 3º que amplia o prazo para adequação dos cemitérios antigos às normas vigentes de cento e oitenta dias (de acordo com a Resolução CONAMA 335/2003) para dois anos a partir da publicação da Resolução apresentada.

A Resolução CONAMA 402, de 17 de novembro de 2008, altera os artigos 11 e 12 da Resolução 335/2003, acerca do licenciamento ambiental de cemitérios. Expondo assim:

Art. 11. Os órgãos estaduais e municipais de meio ambiente deverão estabelecer até dezembro de 2010 critérios para adequação dos cemitérios existentes em abril de 2003.

Art. 12. O Plano de Encerramento das atividades deverá constar do processo de licenciamento ambiental, nele incluindo medidas de recuperação da área atingida e indenização de possíveis vítimas.

Nesses contornos, a Resolução CONAMA 368/2004 confere ao administrador da Esfera Municipal regularidades a serem implantadas na fundação de novos cemitérios em detrimento do cumprimento de uma atribuição em Esfera Superior – Federal – concernente às questões de vulnerabilidade de solo e lençóis freáticos no estabelecimento de uma necrópole. Contudo, discorre-se apenas sobre a necessidade da realização do EIA- Estudos de Impacto Ambiental – e não se confere uma fiscalização acerca da probidade do estudo ou da qualidade do mesmo.

2.2O cemitério administrado: Administração pública (municipal) das necrópoles

No Brasil não há uma regulamentação federal acerca da construção de novos cemitérios. O plano básico para adequação dos antigos camposantos se encontra na Resolução CONAMA 335/2003 alterada pela Resolução CONAMA 368/2006 como disposto no capítulo anterior.

No cenário nacional é possível discorrer acerca de uma individualidade dos órgãos municipais no que concerne a implantação de novos cemitérios. Tal individualidade não remete a Administração Pública Municipal como um invólucro intransponível e centralizado relativo aos enterramentos. Inversamente a esse posicionamento, esse modelo particular de tomadas de decisões baseadas apenas na esfera municipal é resultado de mais de dois séculos, a partir da fundação do primeiro cemitério a implementação dos programas cemiteriais, em que não houve a discussão acerca de um projeto básico e determinante a favor do levantamento de cemitérios consonantes em lei, independentemente da região, estado ou município pertencentes. Sob essa ótica, destaca-se que:

[...] em muitos municípios é possível observar, claramente, o descaso para com a organização cemiterial. É acima de tudo, um problema histórico. Não há, no Brasil,

Lei Federal que discipline o Regime de Bens Funerários, especialmente no que tange às necrópoles e às sepulturas. Não há, pois, Instrumento Legal que obrigue as municipalidades a darem prerrogativas às questões funerárias. Desse modo, sendo o serviço funerário de predominante competência dos municípios (interpretação sistemática à luz da Constituição Federal de 1988), há uma margem de liberdade por parte dos respectivos gestores públicos, quanto à conveniência e oportunidade de investimentos neste setor ou equipamento público (MACHADO, Jan-jun/2006; vol 6/1, 128).

De maneira latente, observa-se o Licenciamento Ambiental de Cemitérios em evolução nas Resoluções CONAMA, contudo o debate acerca de uma Lei construída na Esfera Federal encontra percalços e nestes permanece estagnado desde a CONAMA do ano de 2006. A alteração sobre o cemitério como meio ambiente artificial, resultante da operação do homem, que carrega no seio de sua construção um emaranhado de aspectos socioeconômicos e culturais demonstra estes como criação e consequência das projeções de caráter biológico, psicológico e transcendental da cultura dos enterramentos.

No Ocidente, especificamente na América, a partir do século XIX, temos a “toalete funerária” com a incursão de novos ritos, elaborados e suntuosos que remetem à morte o caráter trágico e vinculam o pós-vida como o lugar da espera eterna. Nessa redoma ideária surge o jazigo perpétuo, tema de discussão ambiental dentro do campo de estudo cemiterial.

Os empreendimentos e serviços funerários em desordem são resultantes da ineficiência administrativa no âmbito cemiterial. Sendo que a inércia da discussão sobre um programa para as necrópoles e a desestrutura dos enterramentos remete ao início do século XIX em que os sepultamentos ocorriam de maneira desconchavada e desprovida de preocupação ambiental. Pois,

A população, ao lado das Ordens Religiosas, oferecia forte resistência ao controle Estatal das necrópoles até 1890 (Decreto n.789, de 27 de setembro de 1890). A partir desta data concretizou-se a denominada secularização cemiterial, ou seja, domínio administrativo das necrópoles pelo poder público. Desde então, os cemitérios eram laicos, assim como o Estado (MACHADO, Jan-jun/2006; vol 6/1, 130).

O Princípio Constitucional da Autonomia Administrativa Municipal detém a fundação, a fiscalização e controle de uso dos cemitérios. Contudo, o Poder Municipal não tem a força e

função de vetar a construção dos cemitérios de cunho privado. Assim, ao que denota acerca da administração de necrópoles públicas é competência municipal, mas tal poder não se estende somente aos enterramentos e, também, aos serviços funerários que, apesar disso, em maioria, são feitos por empresas privadas. Destarte,

O serviço funerário é da competência municipal, por dizer respeito a atividades de precípua interesse local: a confecção de caixões, a organização de velório, o transporte de cadáveres e a administração de cemitérios. As três primeiras podem ser delegadas pela Municipalidade, com ou sem exclusividade, a particulares que se proponham executá-las mediante concessão ou permissão, como pode o município realizá-las por suas repartições, autarquias e entidades paraestatais (MACHADO, Jan-jun/2006; vol 6/1, 136).

Somente partir da Magna Carta de 1988, no artigo 30, inciso V, determina-se a competência da administração pública permissiva ou não aos municípios. Destarte, é importante frisar que o Município não pode vetar a criação de necrópoles privadas, mas deve fiscalizar as obras e o funcionamento das mesmas que estiverem sob a comarca de sua jurisdição.

Em Aracaju, a fiscalização dos cemitérios é realizada pela EMSURB e por uma empresa terceirizada que são responsáveis, também, pela operacionalização dos enterramentos e pelos arquivos dos cemitérios públicos. Contudo,

Na área do Santa Isabel nunca foram realizados estudos hidrogeológicos, o que pode trazer danos ao meio ambiente e população por meio da contaminação do solo e águas subterrâneas (ADEMA, comunicação pessoal). No cemitério São João Batista existe um agravante, a superlotação. Hoje esta necrópole não tem suporte para atender a comunidade, cabendo à prefeitura a construção de outro cemitério, criando novas áreas de sepultamento seguindo as legislações ambientais vigentes e evitando danos irreversíveis ao meio ambiente (MENDONÇA; COELHO, 2013, p 150).

Além deste fato, tem-se o Arquivamento de dados relativos aos cemitérios públicos São João Batista e Cruz Vermelha como um grande impasse às pesquisas. A EMSURB não disponibilizou livros de enterramento ou arquivos para o estudo, pois os mesmos dependiam da Secretaria de Infra-Estrutura para liberação dos mesmos.

Após a liberação, o Arquivo referente aos dois cemitérios não apresentava estado viável à pesquisa, pois o mesmo não é organizado por espécie ou título de arquivo morto ou corrente. As datações não obedeciam linearidade, o que torna a pesquisa extensa demais e insatisfatória.

Desse modo, pode-se dizer que há a necessidade de uma gestão voltada para os cemitérios públicos, tornando-os aprazíveis as visitas e viáveis a estudos e de uma fiscalização latente em escala superior a municipal.

2.3 O cemitério em números: Dados de enterramento do Cemitério Santa Isabel

O Cemitério Santa Isabel, localizado à Avenida Simeão Sobral, sem número, bairro Santo Antônio, funcionando desde 25 de fevereiro de 1862 na mesma localidade, tendo sido ampliado apenas uma vez ainda no início do século XX, situa-se em zona urbana e residencial de Aracaju, como pode-se observar na Figura 2.2 a seguir.

Figura 2.3- Localização do Cemitério Santa Isabel via *Google Earth*¹

¹Fonte: <<https://www.google.com.br/maps/search/ceimiterio+santa+isabel+aracaju+SE/@-10.925572,37.0765555,14z/data=!3m1!4b1>>

Por meio de pesquisa nos Cadernos de Enterramento e no Arquivo Tecnológico da Associação Aracajuana de Beneficência, instituição mantenedora do cemitério Santa Isabel, obteve-se os dados de sepultamento, relacionando-se: Aspectos de gênero, quantitativos de jazigos perpétuos e jazigos alocados, e categorias tumulares separadas somente em mausoléus e jazigos comuns, conforme demonstrado na Tabela (2.3).

Tabela 2.3- Perfil de Enterramentos entre as Décadas de 1900 e 2010 no Cemitério Santa Isabel ¹

DÉCADA	QUANTITATIVO EM GÊNERO		ROTATIVIDADE TUMULAR		CATEGORIA TUMULAR	
	Feminino	Masculino	Jazigo Perpétuo	Jazigo Alocado	Mausoléus	Jazigo Comum
1900-1910	198	238	102	355	21	436
1911-1920	304	296	210	401	11	600
1921-1930	301	306	108	522	23	607
1931-1940	256	147	152	296	45	403
1941-1950	309	297	295	356	12	606
1951-1960	186	161	156	211	20	347
1961-1970	199	97	191	129	24	296
1971-1980	201	289	98	402	10	490
1981-1990	168	125	103	201	11	293
1991-2000	159	193	103	258	9	352
2001-2010	310	372	91	598	7	682

¹Fonte: Arquivo da Associação Aracajuana de Beneficência, 2014.

É importante frisar que entre os anos de 1900 e 1910, dois cadernos tumulares estão inviáveis a pesquisa e estudo, pois na época nestes foram escritos dados com uso do grafite, apagando-se as letras ao passar dos anos. Entre os anos de 1911 e 1946 contabilizou-se a falta de 7 cadernos e 1 caderno inviável à pesquisa (leitura), pois este último continha manchas de tinta.

No tocante da pesquisa, pode-se notar que entre os anos de 1911 e 1920 e de 1931-1970, no cemitério em estudo, houve mais enterramentos de gênero feminino do que de gênero masculino.

Quanto à rotatividade tumular, ressaltando-se que o Jazigo Perpétuo é a compra do perímetro referente ao enterramento de um corpo ou de um perímetro maior destinado à família, e o jazigo alocado é o aluguel do perímetro por 3 anos (tempo destinado à decomposição das partes moles do corpo, podendo-se somente após esse período ser

removido ao Ossuário), tem-se em todas as décadas, exceto de 1961-1970, o jazigo alocado como comércio de maior quantidade.

Na Categoria Tumular, dividiu-se essencialmente em Mausoléus e Jazigos Comuns. Os mausoléus apresentam construções verticais que remetem à miniaturas de capelas, mas os enterramentos nesta categoria ainda assim são horizontais.

Os jazigos comuns são enterramentos horizontais cobertos pelas “caixas de oração”, pequenas construções na área do jazigo, normalmente confeccionadas em pedra-sabão, granito ou mármore, cobrindo o lugar do enterramento e elevando-o visualmente.

Os mausoléus aparecem durante todas as décadas de 1900 a 2010 em menor quantidade, considerando-se que a construção dos mausoléus custa de três até seis vezes mais do que o levantamento de um jazigo comum. Como exemplo, no ano de 2010 o mausoléu de menor valor custou 18000 reais e o mausoléu de maior valor no ano teve preço de 54000 reais, enquanto, no ano supracitado, o jazigo comum de menor valor custou 7000 reais e o de maior valor, 17000 reais.

2.4 Dados básicos e exposição situacional do Cemitério São João Batista

Na década de 1960, mais precisamente em 02 de fevereiro de 1962, foi fundado o Cemitério São João Batista. Sua área inicial (que não obteve variação ao passar dos anos) era de 21000m². Não ocorrendo nessa necrópole aumento de área utilizável nem planejamento de melhoria e aproveitamento do espaço já existente, em 2006 o cemitério foi considerado esgotado e superlotado.

Discorrendo-se sobre a caracterização da ocupação espacial em cemitérios populares de Aracaju, explicitando o atual aspecto de superlotação e a inércia quanto à construção de um novo cemitério para a cidade, mesmo tendo sido este já estabelecido na solicitação consentida pelo “juiz da 12^a Vara Cível da Comarca de Aracaju [que] determinou, em abril de 2007, que a Prefeitura de Aracaju interditasse os cemitérios clandestinos e construísse um

novo dentro dos padrões ambientais legais” (Caderno Cidade - CIFORM, 2010, p. 4). Assim, emerge a noção de que um arcabouço teórico é essencial a fim de evitar a propagação dos cemitérios clandestinos e residenciais, construções estas ilegais e nocivas à organização urbana e sadia do ambiente social.

Como consequência da superlotação, mais uma vez, em 2008, o Poder Judiciário de Sergipe determinou a construção de um novo cemitério de caráter público mantido pela esfera municipal no intuito de dirigir os novos sepultamentos a um cemitério que atendesse as normas das Resoluções CONAMA e não necessitasse de adaptações, pois o mesmo já seria construído com base nas normas vigentes. Apesar do intuito judicial, ainda em 2008, acontece a adaptação do cemitério Helena Alves Bandeira, já existente e reconhecido como público desde 1999 às normas sanitárias essenciais e latentes. Assim, o excedente de enterramentos passa a ser acolhido pelo Cemitério Helena Alves Bandeira. Diante da providência facultativa, em 2010, o Poder Judiciário da 12ª Vara Cível da Comarca de Aracaju novamente destaca e determina a construção de um novo cemitério de caráter público.

Não são incomuns as reclamações variadas sobre a falta de fiscalização e cuidado com os cemitérios em Aracaju. O cemitério São João Batista desde 2012 passa por um projeto de reforma, até então não concluída. Logo, com frequência, lê-se:

Por meio da nota, a assessoria de imprensa da Empresa Municipal de Serviços Urbanos (EMSURB) informou que já existe um projeto de reforma para o cemitério. "A Prefeitura Municipal de Aracaju, através da EMSURB, requereu à ADEMA a concessão de Licença para reforma e ampliação de gavetas funerárias do Cemitério São João Batista. O Processo data de 29 de julho de 2011, sob o nº 2011-004088/TEC/LI-0200. Tão logo a licença seja concedida as obras serão iniciadas", esclarece a nota (INFONET, 13 de agosto de 2012, Coluna Cidade; Caderno Notícias).

O cemitério São João Batista é o maior cemitério da cidade de Aracaju em extensão e montante de jazigos verticais. Neste cemitério a parte destinada ao enterramento horizontal encontra-se abarrotada (mas não esgotada), sendo oferecidos aos novos sepultamentos as gavetas (jazigos rotativos verticais).

CAPÍTULO 3 –CONCLUSÃO

A partir dos dados coletados, analisados e da revisão de literatura nota-se a ampliada implementação da necessidade de levantamento de novos cemitérios. Mais do que um lugar para enterramentos e ritos de passagem, o cemitério é um ambiente que merece (e deve) ser planejado e minuciosamente fiscalizado desde a etapa da aquisição do licenciamento de construção quanto à manutenção.

O enterramento vertical aparece como um meio de levantamento e construção cemiterial em que se aproveita o espaço com mais qualidade do que no cemitério horizontal. Diante dos planejamentos de construção de necrópoles pode-se observar a notória diferença e primazia do primeiro em relação ao segundo, pois

Segundo relata a Resolução nº 355 de 3 de abril de 2003, existem dois tipos principais de cemitérios: os horizontais, parques ou jardins e verticais. O Cemitério vertical é um edifício de um ou mais pavimentos dotados de compartimentos destinados a sepultamentos, conforme descrito na Resolução nº 355 de 3 de abril de 2003. As vantagens dos cemitérios verticais sobre os cemitérios horizontais são diversas. Uma delas está no próprio licenciamento, onde, no cemitério vertical vigoram exigências mínimas de instalação enquanto nos horizontais as preocupações com o solo, lençol freático, plantas, memoriais e nível natural do terreno são fatores essenciais para o licenciamento e permissão de funcionamento do mesmo (PAULA. SABADDINI, 2007, p 133).

Em se tratando da Legislação CONAMA, que fornece uma base norteadora para a caracterização de potenciais locais de risco e possíveis prevenções dos danos ao meio ambiente e à saúde humana decorrentes dos processos de enterramento em áreas inapropriadas ou de formas inadequadas, destaca-se como um ponto a ser criticado na Resolução CONAMA 335/2003, o artigo 10º, que dispõe da simplificação do processo de fiscalização e instalação cemiterial em municípios com menos de 30.000 habitantes, municípios distantes de áreas conturbadas ou metropolitanas e necrópoles com menos de 500 sepulturas, como sendo um ponto negativo da legislação, pois mesmo em cidades consideradas pequenas o risco de contaminação ambiental e humana é latente ao se tratar da instalação ou manutenção de um cemitério em local hidrogeologicamente inapropriado.

Deve-se considerar o estudo como parte essencial das pesquisas que tenham em seu tema hábitos de inumação e difusão da regulamentação cemiterial para a posterior construção de um ambiente saudável de sepultamentos. Assim, almeja-se uma ampliação da soma de estudos relacionados ao cemitério como manancial de indagação.

Com base na identificação da necessidade de cumprimento da legislação, a exposição dos impactos negativos para a população acerca de uma possível estagnação de construção de necrópoles no espaço urbano e de um levantamento de campos-santos sem estudo prévio da localidade estabelecida é observação latente dos dias hodiernos em Sergipe e demonstra a necessidade de discussão sobre o aspecto dos levantamentos e de uma nova necrópole no espaço urbano aracajuano.

Incomum, o cemitério vertical também conhecido popularmente como “Gavetário”, oferece melhor aproveitamento da área espacial do que o cemitério horizontal. Essa é a proposta resultante do estudo. O cemitério vertical não oferece limitação de ampliação e pode ser organizado sob forma predial (o que já é comum em países como China e Japão) ou simplesmente sob a forma dos gavetários comumente associado aos necrotérios ou, no cemitério, aos ossuários. Os pontos positivos que devem ser frisados nesse tipo de construção permeiam desde parâmetros sustentáveis à parâmetros de caráter financeiro.

No cemitério vertical, um cemitério padrão teria, ao máximo por andar, 4 gavetas verticais, obedecendo o limite de 70cm de altura cada uma. Dessa forma, já se pode equiparar que, na área onde seria sepultado apenas um corpo, já tem-se 3 excedentes que se somam demonstrando, *exempli gratia*, o uso planejado do espaço. A ampliação dessa necrópole é viável desde que, por ser vertical, permite que a construção seja elaborada conforma a necessidade. Assim, se a construção inicial foi implementada com 3 andares, mas foi pensada arquitetonicamente para em necessidade ampliar-se em mais 2 andares, assim o é possível.

Diferentemente do cemitério horizontal que para sua ampliação necessitaria da compra dos arredores à área já utilizada (o que não é tarefa simples em Aracaju, considerando-se da urbanidade dos cemitérios superlotados em que estão estabelecidos ao seu redor, comércios e residências), o cemitério vertical traz à tona uma comparativa facilidade de adaptação e otimização do espaço disposto.

Em se tratando de custos de enterramento, o cemitério vertical por ter o gavetário já construído, teria uma diminuição considerável nos valores de compras e alocações dos jazigos verticais. É formidável considerar que esse modelo de enterramento diminui os riscos de poluição por necrochorume, pois o mesmo não entra em contato com o subsolo. Desde que obedecidas as normas vigentes, a necrópole vertical sendo construída conforme os parâmetros essenciais e com uma operacionalização consciente e bem treinada, ainda pode representar uma evolução na forma de enterramento concernente aos modelos em uso no Brasil.

Outras medidas para diminuição dos custos pelas instituições mantenedoras também poderiam ser adotadas. Exemplo destas seria o uso de captadores de energia solar para manutenção da refrigeração e iluminação do ambiente, tendo-se em vista que a construção é de caráter predial e permite tal inovação, o que não é possível no cemitério-jardim, pois o mesmo fica a céu aberto. Quanto ao ritual de enterramento, parte importante do processo cultural de sepultamento enraizada no seio social brasileiro desde o século XVIII, indica-se a construção de uma capela lateral para os devidos ritos.

A cultura do enterramento é por si só complexa, envolve história, religião, anseios pessoais e economia. Um cemitério vertical quebra com o padrão cultural de igualdade humana pré-existente nos cemitérios horizontais e ainda assim, transforma o luxo dos mausoléus existentes no cemitério-jardim uma categoria tumular em desuso. Por isso, faz-se necessária a divulgação de projetos referentes à fundação desse cemitério como um padrão sustentável de enterramento. O esclarecimento popular é uma das linhas que devem ser introduzidas no processo de levantamento da necrópole em questão. O projeto de construção, a operacionalização e a fiscalização devem ser elaborados com minúcia. Nesse ponto, tem-se a segunda sugestão da pesquisa em foco.

Como foi demonstrado acerca da administração pública nos cemitérios, a fiscalização e operacionalização são atribuições da esfera municipal. Porém, no âmbito federal tem-se a Resolução CONAMA como lei de força latente sobre a implementação e adaptação de necrópoles, mas não se tem uma fiscalização nessa esfera. Como ocorre em Sergipe, a terceirização de serviços e a falta de treinamento especial aos encarregados das construções cimiteriais torna o enterramento uma tarefa, por vezes, nociva a saúde e ao meio ambiente.

Destarte, propõe-se uma Comissão de Fiscalização presente em cada Unidade da Federação concernente à fiscalização da operacionalização e treinamento dos atores sociais envolvidos no mercado de sepultamentos, o que engloba desde gestores a coveiros e ajudantes de enterramento, pois ambas categorias estão inseridas na manutenção dos cemitérios como ambientes saudáveis e higiênicos, agradáveis a foto-percepção e, imersos em uma das maiores jornadas da humanidade, a sustentabilidade prática.

REFERÊNCIAS

ANJOS, R.M, dos. Cemitérios: Uma ameaça a saúde humana? In: **24º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental**, 2007.

ANTIGA, 2010. Disponível em: <<http://aracajuantigga.blogspot.com.br/2010/11/cemiterio-santa-isabel.html>>. Acesso em: 28 nov. 2012.

AQUINO, J. R. F. de; CRUZ, M. J. M. Os riscos ambientais do cemitério Campo Santo, Salvador, Bahia. **Cadernos de Geociências**, n. 7, maio 2010.

AQUINO, J. R. F. **Os problemas ambientais no cemitério do Campo Santo de Salvador, Bahia, NE do Brasil**. Dissertação de Mestrado, Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

ARCHIVE, 2012. Disponível em: <http://adcarrobalo.blogspot.com.br/2012_10_01_archive.html>. Acesso em: 29 nov. 2012.

ALMEIDA, A. M.; MACEDO, J. A. B.; Parâmetros físico-químicos de caracterização da contaminação do lençol freático por necrochorume. In: **SEMINÁRIO DE GESTÃO AMBIENTAL**, 2005, Juiz de Fora. Minas Gerais: Instituto Vianna Junior, 1994. Disponível em <http://www.tratamentodeagua.com.br/r10/Lib/Image/art_125263061_contaminacao_por_necrochorume.pdf>. Acesso em: 19 set, 2012.

ANDRADE, Manuel Correia. **Uma geografia para o século XXI**. Campinas: Papyrus, 1994.

ANDRADE, Mário de. “Quando eu morrer quero ficar”. In: ABUD, Kátia Maria; GLEZER, Raquel. **Comemorações** (módulo 6). São Paulo: USP/ Gov. SP/ SEED-SP, 2004. p. 9.

ARAÚJO, T. N. **Cemitérios: história e memória**. In: Túmulos celebrativos de Porto Alegre: múltiplos olhares sobre espaço cemiterial (1889 – 1930). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008, p. 39-52. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?id=PHWdjJSQpi4C&pg=PA3&dq=thiago+nicolau+araujo+t%C3%BAmulos+celebrativos&hl=ptBR#v=onepage&q&f=false>> Acesso em: 12 jun, 2012.

ÀRIES, Phillipe. **O homem diante da morte**. Vols. I e II. Trad. Luiza Ribeiro. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

_____. **História da morte no Ocidente**: Trad. Priscila Viana de Siqueira. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

ARQUIVO DA ASSOCIAÇÃO ARACAJUANA DE BENEFICÊNCIA, Cadernos de Sepultamento, Lote D1- Q3 (1900-2010), 2014.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales**: a revolução francesa da historiografia. São Paulo:UNESP, 1990.

BARROS, José de D’Assunção. **O campo da história**: especialidades e abordagens. Petrópolis: Vozes, 2004.

BARROS, Y. J.; MELO, V. F.; ZANELLO, S.; ROMANÓ, E. N. L.; LUCIANO, P. R.; Teores de metais pesados e caracterização mineralógica de solos do Cemitério Municipal de Santa Cândida, Curitiba (PR). **Revista Brasileira de Ciência do Solo**, Viçosa, v. 32, n. 4, jul. / ago., 2008.

BARTH, Fredrik (organização de Tomke Lask). **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.

BATAILLE, Georges. **A parte Maldita**. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

BORGES, Maria Elisa. A estatuária funerária no Brasil: representação iconográfica da morte burguesa. São Luís. In: **VII Abanne: GT Antropologia da Emoção**, Edições do GREM, 8, 2004, CD-ROM.

_____. **Manifestações Artísticas contemporâneas em espaços públicos convencionais (cemitérios secularizados)**. Artigo publicado no XXIV Colóquio do Comitê Brasileiro de História da Arte/CBHA, 2005.

CARTROGA, Fernando. **O céu da memória**. Cemitério romântico e culto cívico dos mortos em Portugal, 1756-1911. Coimbra: Minerva, 1999.

CARVALHO, Fernando Lins de. **A Pré-História Sergipana**. Aracaju: UFS, 2003.

_____. **Vizinhos, sim; enterros à parte**: os cemitérios Santa Isabel e São Benedito. Aracaju, SE (1862-1933). Aracaju: UFS, 2003 (Dissertação de mestrado).

CINFORM. Caderno 1 – Cidade. Ano 28, ed. 1438. Aracaju, SE: 01-07 de nov, 2010.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Trad. Maira de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CETESB. Significado ambiental e sanitário das variáveis de qualidade das águas e dos sedimentos e metodologias analíticas e de amostragem. In: **Relatório de Qualidade das Águas Interiores do Estado de São Paulo**, Apêndice A. São Paulo, 2008, 40 p.

CHARTIER, Roger. **História cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

_____. **À beira da falésia**. A história entre certezas e inquietudes. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

CLEARY, R. W. **Águas subterrâneas**. Associação Brasileira de Recursos Hídricos, São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.clean.com.br/cleary.pdf>> . Acesso em: 19 set, 2012.

CONAMA. Resolução n° 335, de 03 de abril de 2003. Licenciamento ambiental de cemitérios. Brasília, DF , 5 p. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/61AA3835/LivroConama.pdf>>. Acesso em: 19 set, 2012.

CONAMA. Resolução n° 368, de 28 de março de 2006. Altera dispositivos da Resolução n° 335 que dispõe sobre licenciamento ambiental de cemitérios. Brasília, DF, 2 p. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/61AA3835/LivroConama.pdf>>. Acesso em: 19 set, 2012.

CONAMA. Resolução n° 402, de 17 de novembro de 2008. Altera os artigos 11 e 12 da Resolução n° 335, de 03/04/2003, que dispõe sobre o licenciamento ambiental de cemitérios. Brasília, DF, 1 p. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/61AA3835/LivroConama.pdf>>. Acesso em: 19 set, 2012.

CYMBALISTA, Renato. **Cidades de vivos**: arquitetura e atitudes perante a morte nos cemitérios do estado de São Paulo. São Paulo: Annablume/ FAPESP, 2001.

DAMATTA, Roberto. **A casa & a rua**: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. 4 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991.

FÁVERO, F. **Medicina legal**. Belo Horizonte, Vila Rica Editoras Reunidas, 1991.

FILHO, Walter M; SILVA, Robson W. da C. **Cemitérios**: fontes potenciais de comunicação. *Ciência Hoje*. Set. 2009, vol. 44/ n° 163, p. 25-30.

FILHO, Wilson Trajano. “Os Cortejos das Tabancas: Dois Modelos da Ordem”. In: **As festas e os dias: ritos e sociabilidades festivas**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2009. p. 37.

FROMM, Erich. **Ter ou Ser?** 4ª ed. São Paulo: LCT, 1987.

GAZETA DE SERGIPE. 04 de nov, 1993. p.3B.

GENNEP, Arnold Van. **Os ritos de passagem**. Petrópolis: Vozes, 1978. p. 27.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

KOVÁCS, M. J. **Atitudes diante da morte: visão histórica, social e cultural**. In: *Morte e Desenvolvimento Humano*. São Paulo: Casa do Psicólogo Livraria e Editora Ltda, 2002, p. 29-48. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?id=wxyNzUNR2gIC&printsec=frontcover&dq=kov%C3%A1cs+morte+e+desenvolvimento+humano&hl=ptBR#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em: 12 jun, 2012.

LEFF, Enrique. **Racionalidade Ambiental: a reapropriação social da natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LIMA, Tânia Andrade. De morcegos e caveiras a cruzeiros e livros: a representação da morte nos cemitérios cariocas do século XIX (estudo de identidade e mobilidade sociais). **Anais do Museu Paulista**. N.Ser, V. 2, p. 87-150. Jan/dez,1994. p. 87.

LUNA, Suely Cristina Albuquerque de; MARINHO, Rodrigo Félix. **O caminho para o sublime: uma reflexão sobre o imaginário fúnebre recifense do século XIX, partindo da análise tumular no Cemitério de Santo Amaro**. Recife: JEPEX/UFRPE, 2010.

MARANHÃO, José Luiz de Souza **O que é Morte**. São Paulo: Brasiliense, 1987, p.10.

MORIN, Edgar. **O método 6: ética**. 3ª ed. Porto Alegre: Sulina, 2007.

PORTO, Fernando. **A cidade do Aracaju: 1855-1865**, Ensaio de Evolução Urbana. Aracaju, s.ed., 1945 (Coleção Estudos Sergipanos).

REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

RESENDE, Eduardo. **A arte da fotografia cemiterial**. São Paulo, s.d.e.

REZENDE, Eduardo C. M. **O céu aberto na terra: uma leitura dos cemitérios na geografia urbana de São Paulo**. São Paulo: E. C. M. Rezende, 2006.

RODRIGUES, J. A.; TRAJANO, A. S. A.; NAVAL, L. P.; SILVA, G. G.; QUEIROZ, S. C. B. Avaliação preliminar do comportamento do aquífero freático no Cemitério São Miguel do município de Palmas. In CONGRESSO BRASILEIRO DE ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL, 22: 2003, Joinville. **Anais eletrônicos da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental**. Santa Catarina: ABES, 2003. Disponível em: <www.bvsde.paho.org/bvsacd/abes22/txlo.pdf>. Acesso em: 19 set, 2012.

SANTOS, Antônio Carlos dos; et al. **Pensar a (in)sustentabilidade: desafios à pesquisa**. Porto Alegre: Redes Editora, 2010.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4 ed. São Paulo: USP, 2008.

SCHOPENHAUER, Arthur. **Da morte e a sua relação com a indestrutibilidade do nosso ser-em-si**. São Paulo: Martin Claret, 2001.

SILVA, L. M. **Os cemitérios na problemática ambiental**. São Paulo, Sincesp & Acembra, 1995.

SILVA, R. W. C.; FILHO, W. M. Cemitérios como áreas potencialmente contaminadas. **Revista Brasileira de Ciências Ambientais**, n. 9, 2008, p. 26-35.

SILVA, V. T.; CRISPIM, J. Q.; GOCH, P.; KUERTEN, S.; MORAES, A. C. S.; OLIVEIRA, M. A.; SOUZA, I. A.; ROCHA, J. A. **Um olhar sobre as necrópoles e seus impactos ambientais**. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 3., 2006, Brasília. Distrito Federal: 2006. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro3/arquivos/TA559-05032006-212429>. Acesso em: 19 set, 2012.

TOURAINÉ, Alain. **Um novo paradigma**: para compreender o mundo de hoje. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

VOVELLE, Michel. Sobre a morte. In: **Ideologias e mentalidades**. 2ª Ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1991.